

# **CADERNO ORIENTATIVO PA 2024 - ASPECTOS TRANSVERSAIS**

**CADERNO TÉCNICO 1**

© 2023. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

## **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

## **INFORMAÇÕES E CONTATOS**

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Unidade de Gestão Estratégica - Estudos e Pesquisas

Rua Arthur de Azevedo Machado, nº 1225, Edifício Civil Towers,

Torre Cirrus, 22º andar, Costa Azul, Salvador - BA, 41770-790

Telefone (71) 3320-4422

E-mail: uge.sebrae@ba.sebrae.com.br

## **PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL**

Humberto Miranda Oliveira

## **DIRETORIA DA SUPERINTENDÊNCIA**

Jorge Khoury

## **DIRETORIA TÉCNICA**

Franklin Santos

## **DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Vitor Lopes

## **REALIZAÇÃO**

### **UNIDADE DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

Frutos Gonzalez Dias Neto | Gerente

Isabel de Cássia Santos Ribeiro | Gerente Adjunta

Anderson dos Santos Teixeira | Analista

Fernando Edmar de Oliveira Silva | Analista

Ludmila Ribeiro Cruz Santos | Analista

Amanda dos Santos Medeiros | aux. Administrativo

Amanda Cristina Ribeiro da Silva Vieira | Estagiária

### **ELABORAÇÃO DO CADERNO TÉCNICO**

Isabel de Cássia Santos Ribeiro

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	4
<b>Conjuntura e Planejamento Econômico</b> .....	5
Investimentos e Auxílios Financeiros .....	9
Investimentos Privados .....	9
<b>Investimentos na área Social</b> .....	12
<b>Limites e Desafios para inclusão da pauta do empreendedorismo e apoio aos pequenos negócios no Planejamento Estratégico do Governo Estadual</b> .....	12
Conjuntura e Planejamento Econômico - Linhas de Ações .....	16
Educação .....	18
Limites e Desafios para Educação na Bahia .....	22
Educação - Linhas de Ações .....	27
<b>Ciência, Tecnologia e Inovação</b> .....	28
<b>Limites e Desafios para Inovação na Bahia</b> .....	39
Inovação – Linhas de Ações .....	50
<b>Ambiente de Negócios e Tributação</b> .....	52
<b>Ambiente de Negócios</b> .....	52
<b>Ambiente de Negócios e Tributação - Limites e Desafios</b> .....	56
Ambiente de Negócios e Tributação – Linhas de Ações .....	58
<b>Acesso a Crédito</b> .....	61
<b>Acesso a Crédito - Limites e Desafios</b> .....	68
Acesso a Crédito – Linhas de Ações .....	69
<b>Internacionalização</b> .....	70
<b>Internacionalização – Limites e Desafios</b> .....	73
Internacionalização - Linhas de Ações .....	75

## Introdução

Esse documento tem a finalidade de subsidiar a elaboração do Planejamento Anual do Sebrae Bahia 2024, tendo como referência o documento em fase final elaboração pela empresa Valor & Foco, cujo objetivo é apresentar Linhas de Ações em favor do Empreendedorismo dos Pequenos Negócios para o Governador do Estado da Bahia.

Para elaboração do primeiro caderno foram utilizadas as análises retrospectivas e projetivas (anos 2000) sobre participação dos pequenos negócios nos setores e segmentos nos Territórios de Identidade, com o objetivo de identificar os com maiores potencialidades de desenvolvimento e apoio por parte do Sebrae no Planejamento 2024.

O segundo caderno apresentará análises sobre aspectos transversais que impactam o empreendedorismo e os pequenos negócios, sendo eles: (a) planejamento e conjuntura econômica; (b) educação, (c) inovação; (d) ambiente de negócios e aspectos tributários, (e) acesso a crédito e (f) internacionalização.

No terceiro será apresentada uma síntese do Planejamento Estratégico Sistema Sebrae 2035, que em razão da sua densidade, contemplará as informações mais importantes para o nosso planejamento 2024.

## Conjuntura e Planejamento Econômico

Segundo informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), entre janeiro e dezembro de 2022 a taxa de crescimento do PIB da Bahia se aproximou do PIB do Brasil, 2,6% e 2,9% respectivamente, liderada pelos serviços(2,9%) embora se perceba um declínio no comércio (-0,9%) e um indicador inferior ao do Brasil (4,2%) , seguida pela agropecuária(2,6%), ao tempo em que se observa o declínio no Brasil(-1,7%) e pela indústria(2,0%), que também apresentou um índice superior ao do nacional (1,6%). A indústria de produção e distribuição de elétrica e gás, água, esgoto e limpeza urbana apresentou uma variação de 11,8%, a extrativa mineral um recuo de -10,9%, e a construção civil 2,6%.

**Tabela 1** - Taxa de crescimento do PIB, VA, Impostos e atividades

Bahia e Brasil, 2022		
Atividades	Variação JAN-DEZ 2022/ JAN-DEZ 2021 (%)	
	Bahia (1)	Brasil
<b>Agropecuária</b>	<b>2,6</b>	<b>-1,7</b>
<b>Indústria</b>	<b>2,0</b>	<b>1,6</b>
Ind. Transformação	0,2	-0,3
Prod. e distrib. de eletr. e gás, água, esg. e limp. urbana	11,8	10,1
Extrativa mineral	-10,9	-1,7
Construção Civil	2,6	6,9
	<b>2,9</b>	<b>4,2</b>
<b>Serviços</b>		
Comércio	-0,9	0,8
Transportes	5,4	8,4
Atividades Imobiliárias	2,1	2,5
Administração pública (APU)	2,0	1,5
Valor Adicionado básico	<b>2,6</b>	<b>3,0</b>
Imposto sobre o produto	<b>2,4</b>	<b>2,1</b>
<b>PIB</b>	<b>2,6</b>	<b>2,9</b>

Fonte: SEI, IBGE - (1) Dados sujeitos a retificação

Desde 2000 a Bahia vem investindo em uma série de empreendimentos visando a melhoria dos serviços de infraestrutura, almejando a diminuição do custo de logística e transporte, e consequentemente aumentando a produtividade estrutural da economia, tais investimentos se encontram nos estágios a seguir apresentados:

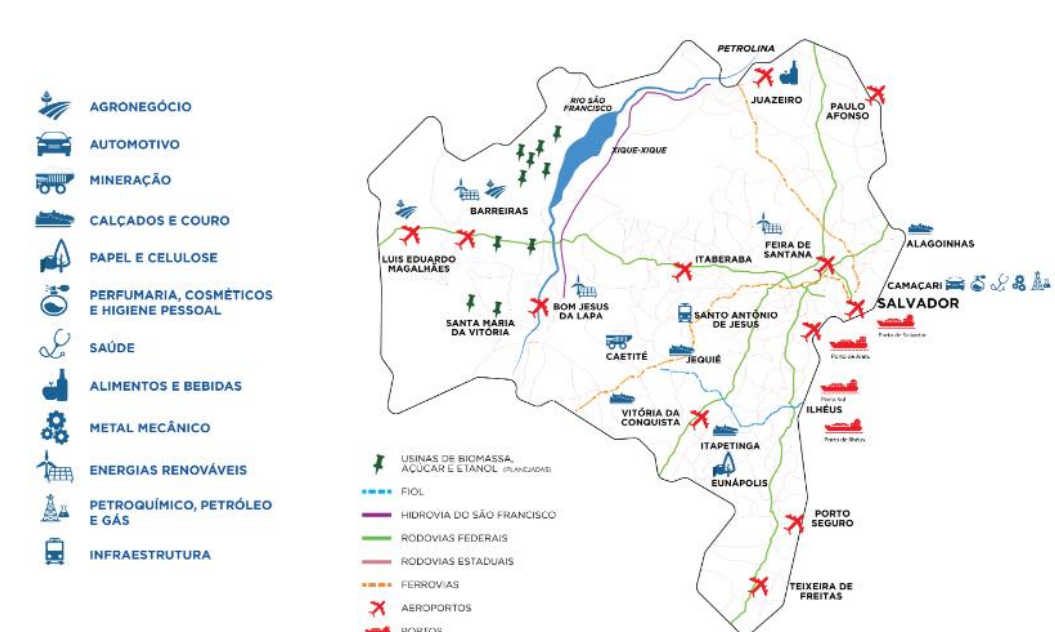
- **Ferrovias** – Infraestrutura Ferroviária da Bahia

- Continuidade das obras da **Ferrovía de Integração Oeste Leste (FIOL)** visando a expansão do sistema ferroviário da Bahia e interligando-a às principais ferrovias brasileiras e a importantes portos marítimos e fluviais. Esta ferrovia favorecerá o escoamento da produção do agronegócio, polos graneleiros e de fibra, biocombustíveis, mineração e comércio, transformando a Bahia no principal corredor para transporte de produtos provenientes da região Centro - Oeste do Brasil;
- Outro principal eixo de conexão ferroviária entre a Bahia e as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste é a **Ferrovía Centro-Atlântica (FCA)**, que faz ligação com outras ferrovias como a Transnordestina, possibilitando a conexão com as demais regiões do Brasil e servindo de porta de acesso ao Mercosul. A FCA passa por 7 estados (BA, SE, MG, ES, DF, GO, SP e RJ) e possui uma extensão de 7.897km, sendo 2.216km na Bahia. A FCA possui as operações concentradas nos Corredores Centro-Leste, Centro-Sudeste e Minas-Rio, sem prestar serviço adequado no Corredor Minas-Bahia - há 24 anos. Nesse período foram abandonados trechos. A falta de investimentos concretos da concessionária VLI nos 1.800 km da FCA que se encontram na Bahia, levou a ANTT a classificar os trechos baianos como ruins ou péssimos, em documentos apresentados em audiência pública. O abandono dos trilhos prejudica a logística de cargas para empresas baianas, que enfrentam ainda desinvestimentos na malha. Dentre eles, a desativação total dos trechos Senhor do Bonfim-Juazeiro/Petrolina, e parcial no Porto de Aratu;
- O traçado da Fiol 3, poderá ser alterado depois do estudo de viabilidade conduzido pela Infra S.A. O trecho inicial interliga Barreiras a Figueirópolis (TO), a 209 km de Mara Rosa (GO), onde começa a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico). A formação do Corredor Centro-Leste – pela integração direta Fico-Fiol seria uma boa oportunidade para a Bahia se integrar no cenário logístico nacional. Se houver integração da FIOL com a FCA (atualmente desativada) poderá levar a produção do Oeste ao Porto de Aratu;
- **Rodovias** – Investimentos de Infraestrutura Rodoviária
  - Projetos de requalificação das rodovias, com previsão de recuperação de mais de 670 km de rodovia, especialmente para as rodovias estaduais, como a BA 052 que liga Feira de Santana a Xique-Xique e a BA-160, entre Xique-Xique e Barra (incluindo uma ponte entre Xique-Xique e Barra);

- A Ponte Barra – Xique-Xique impulsiona a circulação econômica entre diferentes regiões da Bahia é responsável por ligar o Oeste à região de Irecê e por facilitar o escoamento de safras, desde que foi entregue em 2021;
- O projeto do Sistema Viário Oeste (SVO), que se destaca como a ponte Salvador-Ilha de Itaparica, será a segunda maior ponte da América Latina. Há previsão de que o sistema beneficiará 10 milhões de pessoas, que vivem em cerca de 250 municípios da Bahia.
- **Portos:** A Bahia possui um dos mais relevantes complexos portuários do país, formado por portos públicos (Porto de Salvador, Porto de Aratu e Porto de Malhado) e seis terminais de uso privado (TUP);
  - **Porto Sul:** o Porto Sul pretende realizar a integração portuária ao complexo logístico ferroviário da FIOF, que se integrará, também, ao novo Aeroporto Internacional de Ilhéus e ao atual Distrito Industrial de Ilhéus próximo à rodovia federal BR-101. O Porto Sul é um empreendimento concebido no Planejamento Estratégico do estado da Bahia. Seus objetivos estruturantes são reverter o processo de concentração da economia estadual na RMS, reinserindo o estado no mercado nacional e global de maneira mais efetiva.
  - **Polo Naval, Industrial e Logístico:** o projeto do polo naval às margens do Rio Paraguaçu propõe um empreendimento de três cais e quatro berços operacionais que será utilizado para recepção, armazenamento temporário e distribuição de combustíveis (óleo diesel, gasolina, álcool hidratado, álcool anidro e biodiesel), com capacidade de estocagem de cerca de 50 mil metros cúbicos de combustíveis.
- **Aeroportos:** A oferta de infraestrutura aeroportuária no estado abrange um conjunto de 47 aeroportos. Com 79 aeródromos, a Bahia é o primeiro estado do Brasil a apresentar um plano de desenvolvimento aeroportuário.
  - **Salvador** é o primeiro do NE em carga e passageiros;
  - **Porto Seguro** será um dos principais aeroportos voltados para o turismo (em processo de concessão e construção de novo aeroporto);
  - O aeroporto de **Ilhéus** atualmente suporta aeronaves de médio porte, mas com investimento para a implantação do Complexo Porto Sul, um novo aeroporto, de nível internacional, será construído no município;

- O novo **Aeroporto Internacional de Vitória da Conquista** com investimento de US\$ 16 milhões gastos no desenvolvimento de pistas de pouso e decolagem e acessos viários. Em sua segunda fase, mais US\$ 13,6 milhões serão destinados para o TPS – Terminal de Passageiros;
- **Aeroporto de Porto Seguro** é um aeroporto voltado para o setor do turismo, localizado na TI da Costa do Descobrimento, de alto potencial turístico. Possui um projeto para ampliação do terminal de passageiros, recuperação da pista de pouso e decolagem, pátio de estacionamento de aeronaves, estacionamento de veículos. O investimento estimado é de cerca de US\$ 6 milhões;
- **Aeroporto de Feira de Santana:** em 2011 começou os investimentos para modernização e reestruturação e colocá-lo como um aeroporto para voos regionais e de conexões. O Aeroporto Governador João Durval Carneiro já possui um projeto de ampliação pelo Governo Federal com a construção de uma nova pista, paralela à existente, de 2.750 metros por 45 de largura e com previsão de pouso de jatos de maior circulação nacional, além de aeronaves de carga. Além da construção de uma nova pista, o aeroporto de Feira terá um novo terminal de passageiros
- Outro grande projeto em implantação é o Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco, que segundo estimativas gerará cerca de 60 mil empregos para região a partir de investimento de R\$ 9 bilhões. Em 2023, 16 empreendimentos estão em implantação e 12 em análise.

**Mapa 1** – Mapa da Infraestrutura da Bahia por tipo de atividade predominante.

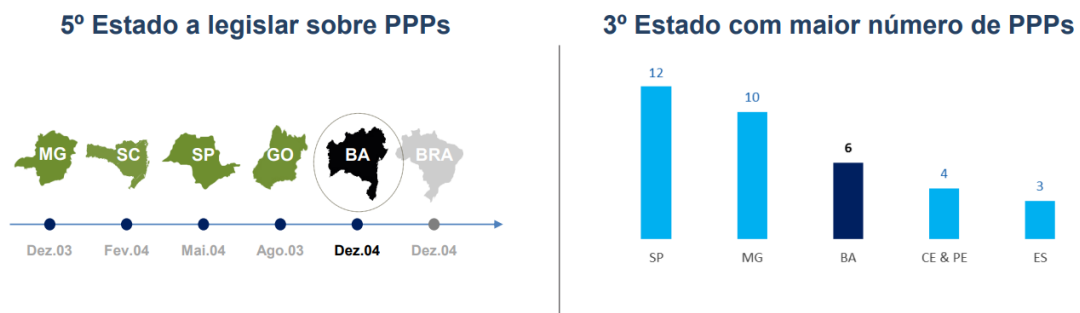


Fonte: Investe Bahia (2023).

## Investimentos e Auxílios Financeiros

Segundo Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado da Bahia para o exercício de 2022, o Governo fez investimento recorde de R\$ 10,2 bilhões em 2022, com prioridade para as áreas sociais. Deste total, em valores empenhados até o final de dezembro, a parte mais expressiva dos recursos foi destinada às áreas sociais (Educação, Saúde e Segurança Pública), que somaram R\$ 4,4 bilhões. as áreas de Transportes, com R\$ 2,5 bilhões, Urbanismo, com R\$ 1,4 bilhão, Agricultura, com R\$ 720 milhões e Saneamento, com R\$ 692 milhões. A Bahia ficou, além disso, em primeiro lugar no país em investimentos como proporção das receitas, de acordo com estudo divulgado pelo Tesouro Nacional. A Bahia investiu ao todo R\$ 22,77 bilhões entre janeiro de 2015 e agosto de 2022, ficando mais uma vez atrás apenas de São Paulo, que alcançou R\$ 64,14 bilhões no período. Os recursos investidos se traduzem em ampliação da infraestrutura e do alcance dos serviços públicos, geração de empregos e renda e maior capacidade de atração de investimentos privados pelo Estado (Bahia,2022).

**Figura 1 – Comparação Bahia e Demais Estados - PPPs**



Fonte: SEPLAN – Apresentação Institucional – Bahia Oportunidades de Investimentos – 2019

## Investimentos Privados

Os investimentos privados industriais previstos para 2020/2023 estão estimados em R\$ 14,89 bilhões, destacando-se os setores Eletricidade e gás (R\$ 9,98 bilhões), Minerais não metálicos (R\$ 1,50 bilhões) e Mineração (R\$ 1,0 bilhão).

**Tabela 2 – Empreendimentos em implantação / ampliação / realocizados / modernizados – Bahia – 2020/2023**

Segmentos	Previsão de investimentos (R\$)
Eletricidade e Gás	9.977.751.000,00
Minerais não metálicos	1.503.900.000,00
Mineração	1.001.500.000,00
Metalurgia/Siderurgia	927.600.000,00
Diversos	513.300.000,00
Plásticos e Borrachas	240.250.000,00
Químico e Petroquímico	202.600.000,00
Alimentícios	190.750.000,00
Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	163.000.000,00
Máquinas e Equipamentos	42.700.000,00
Têxtil	40.000.000,00
Reciclagem	37.200.000,00
Bebidas	20.000.000,00
Metal/Mecânico	17.000.000,00
Calçados, Couro e Componentes	9.000.000,00
Moveleiro	3.000.000,00
Informática/Eletrô-Eletrônico	1.800.000,00
Automotivo e Componentes	1.300.000,00
<b>Total</b>	<b>14.892.651.000,00</b>

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016) Elaboração: SEI/CAC.  
Nota: Dados preliminares, sujeitos a retificação.

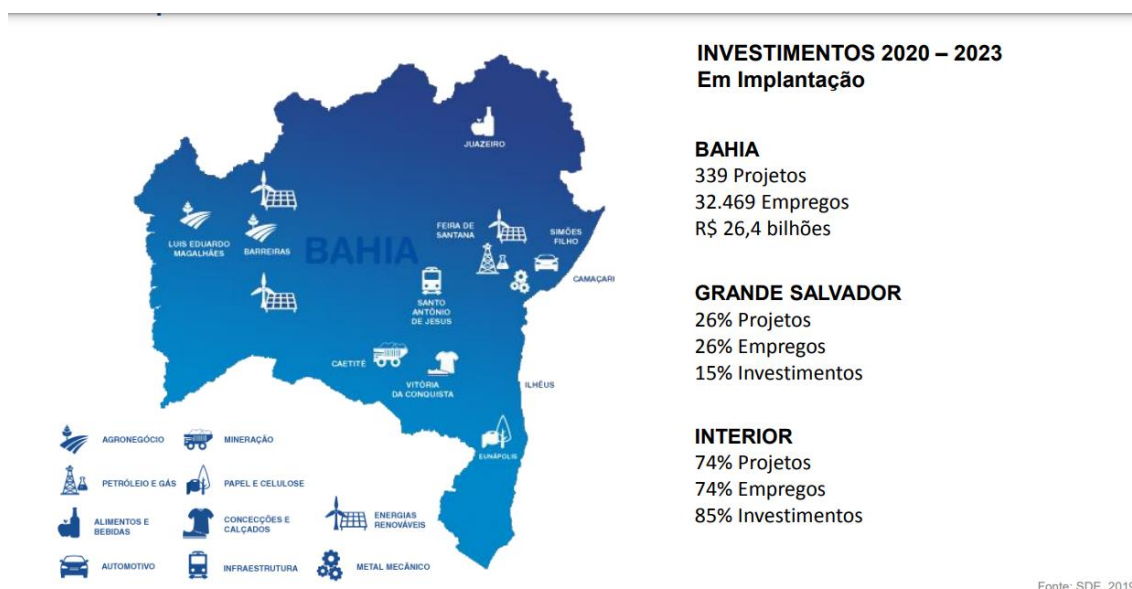
Dentre os setores que receberão mais investimentos, o segmento de eletricidade destaca-se por sua capacidade de rentabilidade e pelas condições geográficas favoráveis do território baiano para a produção de energia eólica e solar. O montante destinado a este setor para o período 2020/2023 chega a R\$ 9,98 bilhões, o equivalente a 67,0% do total de investimentos previstos para o período. Considerando-se apenas o segmento eólico, de acordo com informações divulgadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), a Bahia, sozinha, é responsável por 26% da capacidade instalada de energia eólica do País e assumiu o protagonismo nacional nos últimos 10 anos, no segmento de renováveis. Ainda segundo a SDE, a Bahia tem ainda 38 parques em construção (562 MW) e 47 em construção não iniciada (962 MW), onde estão previstos investimentos de R\$ 6,9 bilhões e geração de 22,8 mil empregos diretos e indiretos.

No segmento de energia solar, segundo a SDE, previsão de que mais 5 parques (142 MW) devem entrar em operação, com previsão de R\$ 737 milhões em investimentos e 4,2 mil empregos diretos e indiretos. O segmento de minérios não metálicos também se mostra promissor, considerando o setor da construção civil como um dos maiores consumidores desses insumos. O montante em valores ultrapassa R\$ 1,5 bilhão, cerca de 10,0% dos investimentos previstos. A maior parte dos investimentos previstos para este segmento está relacionada à produção de cimento, principalmente, em unidade que será instalada no Nordeste Baiano, onde estão localizadas jazidas de calcário, matéria-prima para produção de cimento.

Outro setor que merece destaque é o de mineração, com a previsão de investimento no montante de R\$ 1,0 bilhão, em torno de 6,7% dos investimentos previstos. A maior parte dos investimentos está voltada à produção de minérios de ferro, principalmente no Sertão do São Francisco. O setor de mineração reveste-se de uma importância estratégica, uma vez que ele é um dos pilares de sustentação para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste pelo interior do Estado.

Visando a desconcentração do setor industrial no Polo Petroquímico de Camaçari, que continuam sendo as mais importantes para a dinâmica industrial, são necessárias estratégias de desenvolvimento que objetivem interiorizar e desconcentrar a atividade econômica do Estado, razão pela qual, conforme se demonstra a seguir, é importante destacar, que a maior parte de novos projetos industriais previstos para esse período será de investimentos que deverão ser realizados no interior do Estado (Figura 2).

**Figura 2 - Investimentos 2020-2023**



## **Investimentos na área Social**

Ainda de acordo com Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado da Bahia para o exercício de 2022, foram realizados os seguintes investimentos na área social:

- (a) Construção de 15 hospitais, 26 policlínicas regionais e 19 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), constituindo infraestrutura fundamental para a crise ocasionada pela pandemia do novo coronavírus. Os hospitais foram construídos para atender diversas regiões do estado, da RMS a Chapada Diamantina; de Feira de Santana a Ilhéus;
- (b) melhoria da infraestrutura da rede pública estadual em Educação, envolvendo a instalação de novos equipamentos como laboratórios, bibliotecas, quadras de esportes cobertas e campos society, e teve como destaque a entrega de 26 Complexos Poliesportivos Educacionais, destinados a fortalecer a aprendizagem no contexto da Educação em Tempo Integral. Entre os complexos já entregues estavam os de Irecê, Conceição do Coité, São Gonçalo dos Campos e Jequié;
- (c) Na área de Segurança, o governo implementou o inovador Centro de Operações e Inteligência de Segurança Pública 2 de Julho, em Salvador, e ainda 22 Centros Integrados de Comunicação no interior, além de ter inaugurado 32 Distritos Integrados de Segurança, os Diseps. Foram realizadas ainda reformas totais ou parciais de 200 delegacias. Houve também a aquisição de 5.424 novas viaturas, das quais 3.703 para a Polícia Militar, 892 para a Polícia Civil, 711 para o Corpo de Bombeiros e 118 para a Polícia Técnica.

## **Limites e Desafios para inclusão da pauta do empreendedorismo e apoio aos pequenos negócios no Planejamento Estratégico do Governo Estadual<sup>1</sup>**

Realizando-se uma análise retrospectiva das políticas de desenvolvimento adotadas pelo Governo Estadual a partir do estudo temático do DIEESE (2019), observa-se o histórico a seguir:

---

<sup>1</sup> A redação dos Limites e desafios consideram análises conjunturais e depoimentos dos participantes dos Grupos Focais

- (a) entre os anos 90 e a década atual foram lançadas as bases do processo de diversificação e desconcentração da produção agrícola no estado, com o início da produção de grãos no oeste baiano, da fruticultura irrigada no norte, e o início da produção de papel e celulose no sul do estado, marcando assim um novo período do ponto de vista dos investimentos produtivos na Bahia. Foram também lançados uma série de programas, entre eles: o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico da Bahia (PROBAHIA); o Programa Estadual de Desenvolvimento da Indústria de Transformação de Plásticos na Bahia (Bahiaplast); o Programa de Incentivo ao Comércio Exterior (Procomex) e também o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo da Bahia (Proauto) O objetivo dessas políticas era de impulsionar uma nova fase econômica a fim de superar o período depressivo anterior, possibilitando um dinamismo econômico maior, priorizando também a interiorização da indústria e a diversificação produtiva de forma a reduzir a vulnerabilidade da economia baiana frente às flutuações econômicas;
- (b) outro fato importante foi a implantação do Complexo Automotivo Ford Nordeste, em Camaçari, além da instalação das Indústrias do setor de calçados, intensivas em mão de obra, que foram atraídas para o Nordeste e, especialmente, para a Bahia;
- (c) a partir de 2002 a política industrial estadual buscou promover a desconcentração do parque produtivo através da interiorização dos investimentos. O objetivo principal do programa DESENVOLVE foi a diversificação dos parques produtivos, fomentando a instalação de novos empreendimentos industriais ou agroindustriais e expandindo, reativando ou modernizando os já instalados, por meio de incentivos fiscais. Com ele, foi possível para o estado da Bahi atrair empreendimentos de diversos segmentos industriais, como têxtil, calçados, eletrodomésticos, químico, automobilístico e de papel e celulose. E, no transcorrer dessa década prospecção de parceiros privados para investimentos em obras de infraestrutura e prestação de serviços tipicamente públicos, considerando-se uma percepção mais conservadora do papel do Estado;

(d) a partir de 2007, em alinhamento com o Governo Federal, o Governo da Bahia muda a política econômica, integrando o estado na execução de grandes obras de infraestrutura promovidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), buscando estimular a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país.

Em que pese os investimentos do poder executivo, a Bahia é o segundo estado com maior número de obras paralisadas, de acordo com levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) são 807 construções interrompidas, atrás apenas do Maranhão, com 905. Completam a lista dos cinco estados mais atingidos com as paralisações Pará (671), Minas Gerais (657) e Ceará (577) *Jornal (A Tarde, 26/11/2022)*.

No que se reporta aos setores primário e secundário, há dificuldades para promover a interiorização do desenvolvimento econômico, o encadeamento produtivo nos segmentos industriais e agregação de valor à produção primária. No que se relaciona ao setor terciário, se observa baixa densidade tecnológica dos serviços intermediários e alta informalidade no comércio varejista e serviços finais. Todos os segmentos, conjuntamente, são afetados pela baixa qualificação da mão-de-obra, baixos rendimentos dos trabalhadores, gargalos na infraestrutura, segurança pública, pirataria e cobertura digital, sem se comentar o acesso a serviços financeiros, ambiente de negócios e aspectos tributários, que também serão apresentados nesse documento.

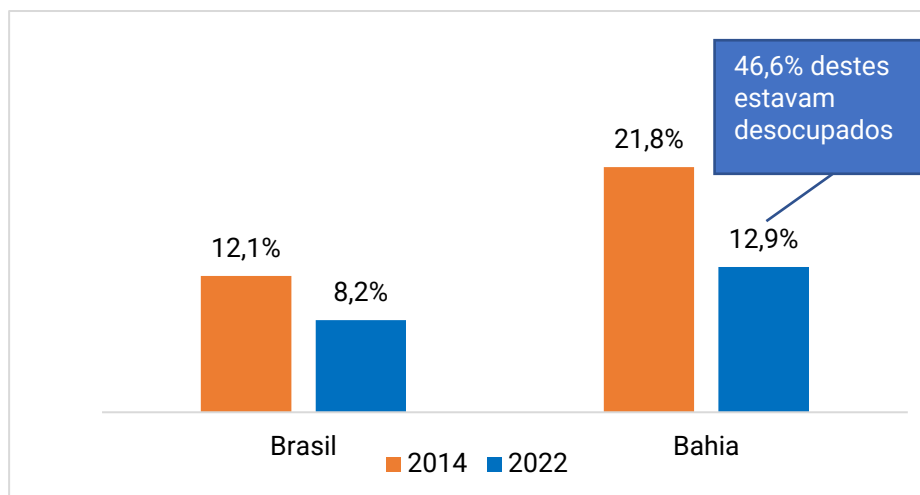
No que se reporta a educação, tema que será mais aprofundado em um capítulo específico, o Estado encontra dificuldades na educação fundamental, ao tempo em que tem avançado no ensino profissionalizante e superior.

Avaliando-se aspectos de governança pública, empresarial e sociais, em especial os aspectos relacionados à governança pública, as barreiras apontadas dizem respeito à dificuldade de se obter um planejamento público de longo prazo, uma vez que tais planejamentos ocorrem mediante processos de médio e curto prazo, como no desenvolvimento de Planos Plurianuais (PPA) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já que deve ser adequado às propostas do governo eleito e assim, a cada ano é preciso adequar mais o PPA ao Programa de Governo. As dificuldades de se estabelecer um planejamento de longo prazo resultam da própria Constituição Federal de 1988, e da estadual de 1989. A continuidade dos instrumentos de planejamento depende da vontade do governo em questão.

Além dos fatores acima mencionados, o estado não apresenta um planejamento com diretrizes especificadamente direcionadas o empreendedorismo e para os micros e pequenos negócios, limitando o desenvolvimento do potencial desse universo empresarial como vetor de dinamização econômica, apesar de realizar ações pontuais destinadas a essa área. Há perspectivas que no PPA 2024-2027 esse segmento seja contemplado através de um programa para micro e pequenas empresas, associado ao eixo de desenvolvimento produtivo, bem como ações que visem dinamizar a economia através do consumo local, a exemplo de compras de governo junto aos pequenos negócios, além do estímulo ao associativismo entre os empreendimentos desse universo empresarial, para melhoria do relacionamento entre os atores de todos os setores produtivos, com o objetivo de estimular encadeamentos produtivos.

Uma vez que no PPA 2024-2027 sejam contempladas ações para economia solidária, há expectativas de que o novo planejamento aponte soluções para as grandes massas de desocupados, onde o Estado da Bahia apresenta indicadores superiores ao cenário nacional, especialmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Entende-se ainda que a economia solidária é um possível vetor positivo, uma vez que a lógica social precisa integrar-se aos empreendimentos populares como alternativa complementar para produção de emprego e renda no estado.

**Gráfico 1** – Taxa de Pessoas Desocupadas e Desalentadas comparado Brasil-Bahia



Fonte: Adaptado de IBGE PNAD (2023).

Para que se viabilize a interiorização do desenvolvimento não pode se basear no transplante de artificial de grandes empresas, pois em alguns momentos elas trazem dinâmica, mas possuem limitações quanto a possibilidade de encadeamento produtivo para o local e sua saída resulta em danos sociais e ambientais. Portanto, outros vetores de desenvolvimento, com turismo e outros serviços ganham destaque, como possibilidades para o desenvolvimento e aprimoramento de cadeias produtivas. A Bahia precisa de iniciativas que consigam “criar raízes” em sua economia. Fator indispensável seria também a resolução dos gargalos relacionados à infraestrutura, considerado ponto central ao se discutir interiorização, promoção e integração de atividades econômicas.

### **Conjuntura e Planejamento Econômico - Linhas de Ações<sup>2</sup>**

1. Via Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), dinamizar e adensar cadeias produtivas (indústria, comércio, serviços e mineração), articulando redes de diferentes portes e empreendimentos solidários, com melhor distribuição territorial, através de políticas públicas que contemplem as seguintes iniciativas:
  - (a) desenvolvimento de segmentos com maior valor agregado vinculados à indústria de transformação, a exemplo das indústrias de média e média-baixa intensidade, serviços da tecnologia da informação e comunicação e serviços de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos;

<sup>2</sup> Essas Linhas de Ações estão em fase de homologação pelos representantes do Grupo Focal

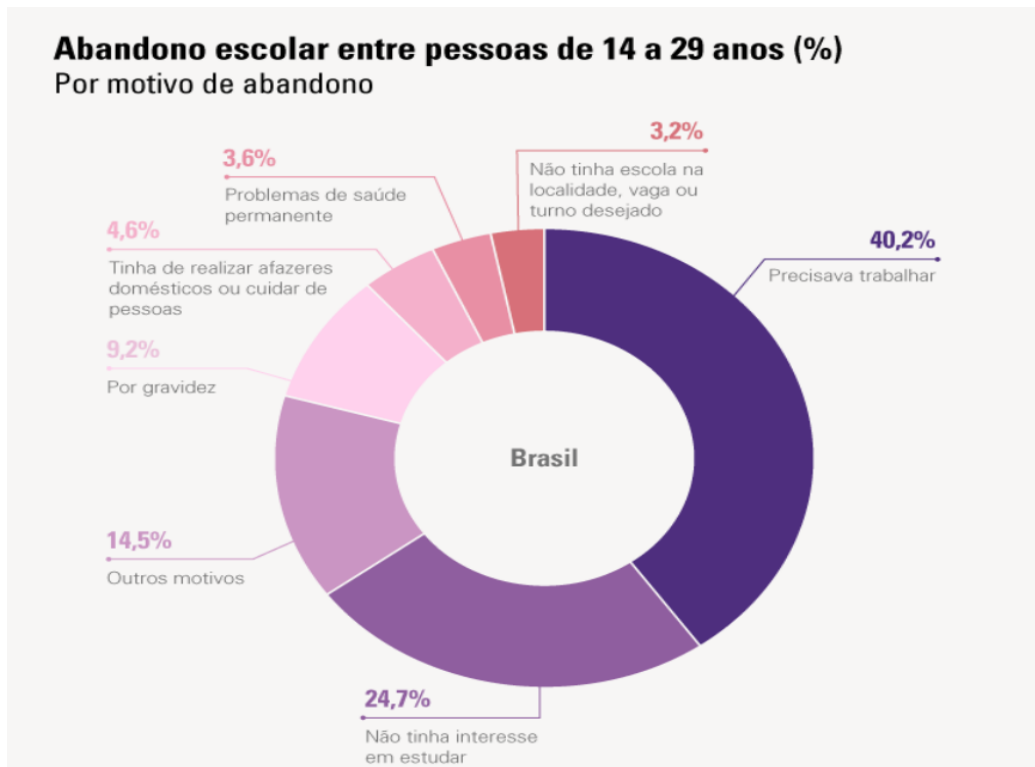
- (b) do tratamento diferenciado (incentivos fiscais, acesso a crédito, redução da burocracia, etc.) para os empreendimentos indústrias de média e média-baixa intensidade concentrados, principalmente, nos Territórios de Identidade da Região Metropolitana de Salvador, Portal do Sertão e Sudoeste, a exemplo das indústrias de fabricação de produtos de materiais plásticos; metalurgia; preparação de couro e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados; fabricação de produtos alimentícios; confecção de artigos do vestuário e acessórios; fabricação de móveis e de produtos de madeira;
  - (c) apoio aos pequenos negócios nos territórios com presença de grandes empreendimentos agropecuários, a exemplo da Bacia do Rio Grande, estimulando, entre outros, os seguintes segmentos: produção de insumos (sementes, fertilizantes e pesticidas); processamento e transformação de matéria-prima; distribuição ao consumidor final e serviços de apoio (financeiros, consultorias, seguros, tecnologia da informação e comunicação, inteligência de dados, serviços de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos);
  - (d) viabilizar a inserção dos pequenos negócios no setor de energias renováveis, a exemplo dos serviços de consultoria, treinamento e capacitação, fabricação de peças e insumos, medição e monitoramento de vento, micro e minigeração (energia solar fotovoltaica, eólica, biogás e biodigestores); manutenção de peças e componentes;
  - (e) com o impulsionamento do comércio online e a chegada de grandes centros de distribuição no Estado da Bahia, estimular a presença e participação dos pequenos negócios nos subprocessos inerentes a esses centros, a exemplo do transporte e distribuição de cargas e aos consumidores finais, serviços de inteligência de dados e automação dos processos gerenciais, além da inclusão desses empreendedores nas plataformas de e-commerce desses empreendimentos;
2. Modernizar os setores tradicionais da economia, onde há predominância do setor informal e dos pequenos negócios e empreendimentos solidários, através:
- (a) da articulação entre a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), Universidades e instituições do Sistema S, para elevar as competências gerenciais e fluência digital e aumentar a competitividade e sobrevivência desses segmentos;
  - (b) da articulação entre as Secretarias de Cultura e Turismo para viabilizar tratamento diferenciado para os negócios da economia criativa e do turismo, considerando políticas de recuperação da imagem e atração nas 17 zonas turísticas do Estado da Bahia;

- (c) da continuidade e apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (SDR-CAR) às unidades produtivas da agricultura familiar;
  - (d) do estímulo e apoio ao associativismo e cooperativismos entre os atores desses segmentos.
3. Por intermédio de Setre promover ações para reduzir as taxas de desocupação da população por meio: (a) do fomento ao empreendedorismo e apoio aos empreendimentos solidários; (b) da ampliação da inserção dos conteúdos da educação empreendedora em todos os níveis educacionais; (c) da parceria com as entidades do Sistema S para formação e qualificação da mão de obra;
  4. Via Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS) mitigar questões climáticas que impactam desproporcionalmente as regiões do Estado, planejando ações que se voltem para os territórios de identidade (TI) e suas realidades, a exemplo do Programa “Águas do Sertão”;
  5. Dar continuidade dos investimentos para melhorias da infraestrutura e atendimento às demandas sociais, como educação, saúde e segurança pública.

## **Educação**

Não se pode falar em educação, seja a formal, profissional ou empreendedora, sem desconsiderar o cenário nacional e local do sistema educacional em nosso país e estado. Valle (2.000) avalia que a pandemia agravou fortemente a evasão escolar, em especial os alunos oriundos de famílias de baixa escolaridade e que perderam renda na pandemia, que vivem com condições domiciliares e materiais inadequadas para a aprendizagem, como falta de tecnologia, mobília, espaço e segurança alimentar. Uma parcela desse estudante também estava em empregos precários para sustentar a família ou em trabalhos domiciliares, como cuidando de irmãos menores.

**Figura 3** – Abandono Escolar Entre Pessoas de 14 a 29 anos - Brasil



Fonte: PNAD – Contínua – Educação - 2022

Não se pode deixar de mencionar, conforme abordado por Valle (2022), os efeitos negativos herdados de gestões federais anteriores, onde entidades acadêmicas e sindicais perderam espaços no Conae (Conselho Nacional da Educação) e FNE (Fórum Nacional da Educação), provavelmente ocasionado pela Emenda Constitucional 96 - Lei do Teto dos Gastos, que brecou o investimento da educação e comprometeu as metas do PNE (Programa Nacional de Educação). Na sequência, continua Valle (2022), passamos os últimos quatro anos com um apagão de dados confiáveis sobre a situação da educação do país.

Além dos aspectos anteriormente mencionados, a polarização política que atravessa atualmente a sociedade brasileira, também respinga nas redes públicas de ensino e de igual maneira, a violência, intra e extramuros, tem afetado a segurança física e psicológica de estudantes, pais de alunos, professores e todo o quadro funcional dos ambientes escolares.

Outro impacto considerado como negativo foi a implantação do novo ensino médio, provocando precarização na formação dos secundaristas e do trabalho docente. A redução ou retirada de carga horária de sociologia, filosofia, educação física e artes obrigou docentes a assumirem aulas não relacionadas à sua formação inicial. Já os estudantes apontaram não terem o direito real de escolherem itinerários formativos ou disciplinas eletivas, com redes sem estruturas para disponibilizar todas as opções (Valle,2022).

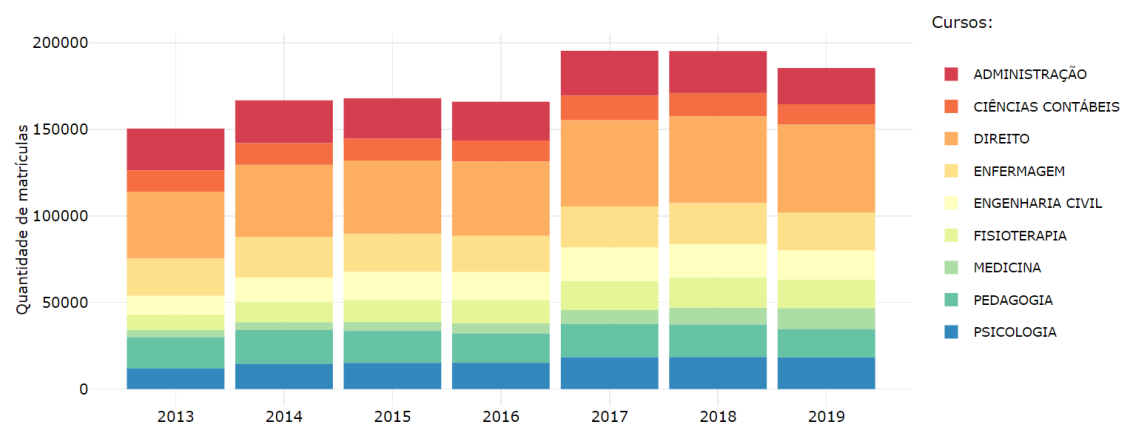
Nos subitens a seguir se apresentam dados da realidade local, segundo Censo Escolar da Educação Básica de 2020 do estado da Bahia publicado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no ano de 2020:

- (a) 3,4 milhões na **educação básica**, 157.839 a menos em comparação com o ano de 2016, o que corresponde a uma **redução de 4,4%** no total de matrículas, com um impacto maior na educação básica e infantil pública;
- (b) o número de matrículas na **educação infantil** cresceu 4,0% de 2016 a 2020, atingindo 541.476 matrículas em 2020. Esse crescimento foi decorrente principalmente do aumento das matrículas na creche;
- (c) em 2020, foram registradas 1,9 milhão de matrículas no **ensino fundamental**. Esse valor é 7,8% maior do que o número de matrículas registradas para o ano de 2016;
- (d) em 2020, foram registradas 557.441 matrículas no **ensino médio**. Esse valor é **2,3%** menor do que o número de matrículas registradas para o ano de 2016. O ensino médio não integrado à educação profissional apresentou uma redução de **7,3%** no número de matrículas entre 2016 e 2020; **o ensino médio integrado à educação profissional apresentou um aumento de 47,8% no mesmo período.**

Nota-se um crescimento anual do número de cursos e número de matrículas no ensino superior, considerando instituições públicas e privadas. Por sua vez, quando analisado o número de matrículas em instituições públicas o crescimento foi ainda mais expressivo. Se as matrículas em geral apresentaram uma taxa de crescimento anual composta de 7,5%, as matrículas públicas demonstraram um crescimento de 15%. Este crescimento expressivo resulta do aumento do investimento público na educação superior da Bahia, especialmente na contratação de professores com dedicação exclusiva, considerado um indicador importante para qualificação do ensino. A Secretaria de Planejamento (Seplan), em valores históricos, mostra que o total orçado nessas instituições passou de R\$ 1,19 bilhão, em 2015, para R\$ 1,76 bilhões, em 2022, correspondendo a um crescimento de 48,4%. A ampliação constante do orçamento focalizou as universidades estaduais. Estes dados refletem uma interiorização do ensino superior da Bahia.

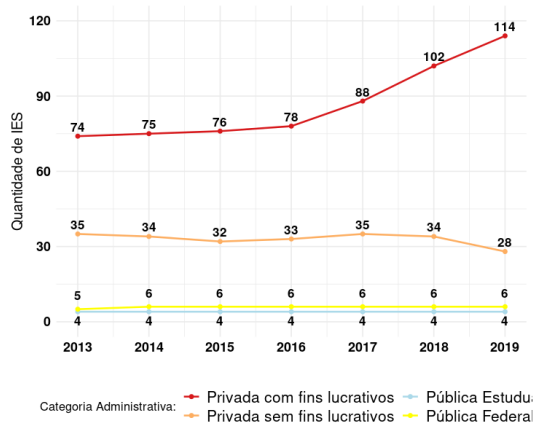
**Figura 4 – Evolução do Ensino Superior – Bahia – 2013-2019**

Cursos com maior quantidade de matrícula na Bahia, 2013 - 2019.



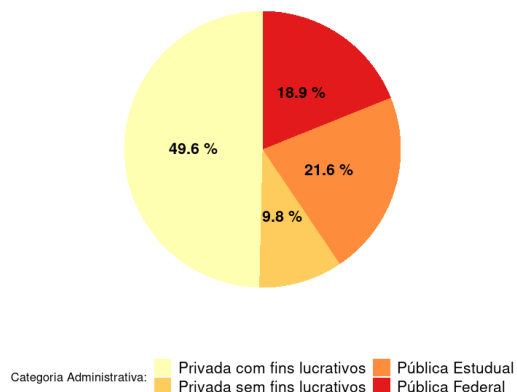
Fonte: INEP. Microdados do Censo da Educação Superior.

Quantidade de Instituições do Ensino Superior, por dependência administrativa, Bahia, 2013 - 2019.



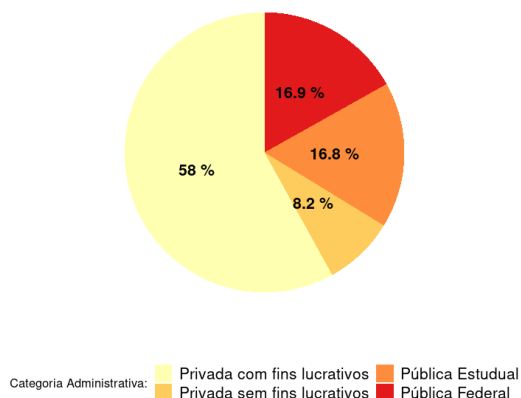
Fonte: INEP. Microdados do Censo da Educação Superior.

Quantidade de matrículas nas Instituições do Ensino Superior, por dependência administrativa na Bahia em 2019



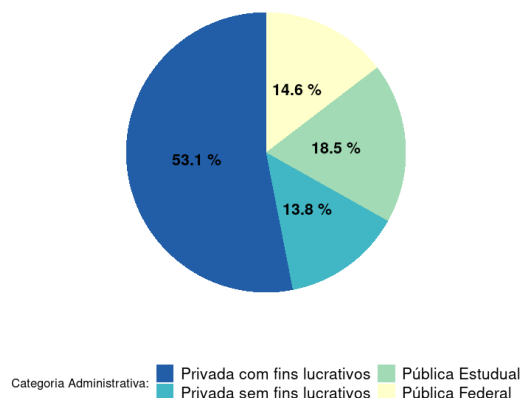
Fonte: INEP. Microdados do Censo da Educação Superior. Nota: Não incluem matrículas de cursos de Área Básica de Ingresso (ABI)

Quantidade de ingressantes nas Instituições do Ensino Superior, por dependência administrativa na Bahia em 2019



Fonte: INEP. Microdados do Censo da Educação Superior. Nota: Não incluem matrículas de cursos de Área Básica de Ingresso (ABI)

Quantidade de concluintes nas Instituições do Ensino Superior, por dependência administrativa na Bahia em 2019



Fonte: INEP. Microdados do Censo da Educação Superior. Nota: Não incluem matrículas de cursos de Área Básica de Ingresso (ABI)

## Limites e Desafios para Educação na Bahia

Similar ao contexto nacional, a evasão escolar se tornou um tema caro nos últimos anos, vide a abrupta mudança que a pandemia trouxe para o setor. Levantamentos indicam que nem todos os municípios tiveram as mesmas condições de monitorar o vínculo dos estudantes com a escola desde março de 2018, quando do início da pandemia da Covid-19.

De acordo com o IBGE, no âmbito nacional a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais recuou de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, uma redução de pouco mais de 490 mil analfabetos no país, chegando a menor taxa da série, iniciada em 2016. No total, eram 9,6 milhões de pessoas que não sabiam ler e escrever, sendo que 55,3% (5,3 milhões) delas viviam no Nordeste e 54,2% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais (Agência Brasil, 2023). Os indicadores com a evolução dos Estados estão apresentados na tabela a seguir, onde a Bahia fica em 7º lugar na redução desse indicador entre 2019 e 2022 (-14,2%).

**Tabela 3** - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade(milhões)

Brasil e Unidade da Federação	Ano		Evolução 2019-2022
	2019	2022	
	Total	Total	
<b>Brasil</b>	<b>6,1</b>	<b>5,6</b>	<b>-8,2%</b>
Distrito Federal	2,5	1,9	-24,0%
Acre	10,9	8,5	-22,0%
Tocantins	8,9	7,2	-19,1%
Maranhão	14,6	12,1	-17,1%
Rio Grande do Norte	12,6	10,5	-16,7%
Roraima	4,6	3,9	-15,2%
<b>Bahia</b>	<b>12</b>	<b>10,3</b>	<b>-14,2%</b>
Rondônia	5,7	4,9	-14,0%
Mato Grosso do Sul	4,6	4	-13,0%
Mato Grosso	5,6	4,9	-12,5%
Alagoas	16	14,4	-10,0%
Paraíba	15,1	13,6	-9,9%
São Paulo	2,4	2,2	-8,3%
Sergipe	12,6	11,7	-7,1%
Ceará	12,7	12	-5,5%
Pará	7,8	7,4	-5,1%
Paraná	4,1	3,9	-4,9%
Minas Gerais	5	4,8	-4,0%
Amazonas	5,1	4,9	-3,9%
Goiás	4,6	4,5	-2,2%
Espírito Santo	4,8	4,7	-2,1%
Amapá	5,1	5	-2,0%
Piauí	15	14,8	-1,3%
Pernambuco	11	11	0,0%
Rio Grande do Sul	2,4	2,5	4,2%
Santa Catarina	2,1	2,2	4,8%
Rio de Janeiro	1,9	2,1	10,5%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre

De acordo com o Instituto DataSenado (2022), que realizou pesquisa para levantar informações sobre o impacto da Pandemia Covid-19 na educação, entre os principais foram citados: a) em casa: a dificuldade de conciliar o trabalho com aulas online dos filhos(as). Os pais se sentiram sobrecarregados; b) no ensino: 2020 e 2021 foram anos perdidos para a educação, resultando em consequências graves no longo prazo; c) na sociabilidade: além dos prejuízos no ensino formal, efeitos negativos também foram percebidos em questões emocionais e relacionais dos filhos(as).

A respectiva pesquisa apontava também barreiras ao processo de aprendizagem, em decorrência: a) da falta de equipamentos adequados em casa, como computadores e celulares e igualmente nas escolas, principalmente públicas, sem a infraestrutura e sistemas adequados; b) falta de eficácia de aulas on-line, especialmente para as crianças mais novas (dificuldades de concentração suficiente para ficar muito tempo focadas nas "telas") para absorção do conteúdo pedagógico. Entretanto, a pesquisa revelou como aspecto positivo a maior interação entre a família, pais com mais tempo para estar presente, acompanhando a rotina dos(as) filhos(as) (DataSenado,2022).

O retorno às salas de aulas implica no resgate da ideia de educação, sendo necessária uma readequação para resgatar e adaptar os alunos a convivência e justificar aqueles espaços. Educadores que participaram do Grupo Focal de Educação acrescentam que, "depois de dois anos fora da sala de aula a agressividade, a ansiedade resultante do convívio com as famílias aumentou, levando os alunos trazerem para a escola problemas de casa". Esta alteração produz um cenário em que estar na escola fisicamente precisa ser justificado. O que antes era feito remotamente não pode ser feito na sala de aula, a alteração da rotina dos alunos, o formato da aula e a intensificação das dificuldades sociais geram um cenário difícil para o professor.

O professor passa a ter um papel de gestor de pessoas, que tem que lidar com o retorno da convivência destes alunos que trazem problemas de casa. Sem preparação para esta transição, os profissionais da educação precisaram encontrar caminhos para tornar a convivência possível. A saúde mental tornou-se tema central e a Bahia enquanto estado demonstra uma atuação insuficiente, avaliação que se reforça com os dados relacionados a evasão escolar. Os problemas que já eram graves, se intensificaram no transcorrer e pós Pandemia Covid-19. A falta de estrutura alterou o papel do professor, que se vê na função de terapeuta, líder e promotor de sentido, fato esse que contribuiu para uma romantização do papel do professor, trazendo a invisibilidade de sua identidade profissional.

É neste ambiente no qual a discussão sobre educação empreendedora precisa ocorrer. A relação entre empreendedorismo e educação possui muitas camadas e nuances relevantes que devem ser trabalhadas antes de discutir propostas e expectativas. O cenário está posto e é complexo, falar de educação é lidar com as crianças, os jovens e mesmo os adultos, que transitam da educação infantil à superior. O empreender, em cada um destes contextos, possui diferentes conceituações.

O empreendedorismo exposto neste documento possui um duplo sentido, existe o conceito tradicional, mercadológico do empreendedorismo como promoção de negócios e fonte de renda, mas há também um segundo sentido, educacional. O sentido educacional de empreender implica em sonhar, planejar e buscar meios de executar, é o empreendimento de ideia, não necessariamente ligado ao aspecto financeiro. Esse duplo sentido irá orientar a discussão deste tópico.

A educação empreendedora é possível de ser aplicada do ensino fundamental ao superior, mas operando a partir de conjuntos distintos de definições. Enquanto para os adultos e jovens adultos a conversão de ideias em negócios é fundamental de ser discutida, para o público infantil e infanto-juvenil o olhar é para promoção das capacidades e potenciais.

Voltando-se novamente para o estado da Bahia, existem poucas iniciativas para o fomento da educação empreendedora, e as que existem chegam desigualmente as diferentes regiões, favorecendo as grandes cidades. “Em escolas particulares, primeiro se ensina a criança a sonhar, a planejar e desenvolver capacidades. O foco financeiro aparece muito depois, primeiro você leva a surpresa, incentiva a conseguir sonhar, planejar e buscar” exemplifica um dos educadores participantes do Grupo Focal Educação.

A educação privada já promove ações voltadas para difusão do empreendedorismo, mas nas instituições públicas o pouco que existe resulta de propostas de empreendedorismo por necessidade, para complemento da renda familiar. Neste sentido existe uma visão exagerada do empreendedorismo como solução de todas as mazelas, que pode se voltar para superexploração do trabalho, exemplo disto são os contratos Pessoa Jurídica, em que é oferecido um salário inferior.

As propostas deste eixo de discussão devem ser orientadas para promover o empreendedorismo nas diferentes esferas, adequadas para o público-alvo com o qual se dialoga e devem considerar o empreendedorismo de ideias, de protagonismo, pois quando se trata de protagonismo, abrange vários aspectos do epistemológico ao social/mercadológico. Assim, destrava o medo de falar de educação empreendedora nas escolas.

Novamente, não se trata de criar empresários mirins. O empreendedorismo ou projeto de vida como vem se discutindo não podem suplantam componentes socioemocionais de formação da juventude baiana. As crianças precisam conhecer e sonhar, o empreender já está dentro deles. O objetivo não pode ser formação para subempregos, em detrimento a qualificação.

Empreender não é o ato de criar Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ), é sobre trabalhar ideias e ensinar a lidar com as incertezas da vida. O professor precisa de uma formação capacitada para lidar com este tipo de empreender. É sobre preparação para vida, reforçando o papel social do ensino. No empreender é preciso utilizar isto para localizar a criança no contexto que ela vive, da inclusão, da tecnologia.

## **Educação - Linhas de Ações<sup>3</sup>**

1. Ampliar as pesquisas em educação, mapeando as dificuldades dos alunos e dos professores. A educação como um serviço público fundamental precisa se voltar cada vez mais para o contexto local, para isso, alunos, professores e demais trabalhadores da educação precisam ser ouvidos e empoderados para que consigam desenvolver melhor localmente. Este princípio se alicerça nas diferenças locais e regionais no qual a escola se insere.
2. Fomento a ideias inovadoras na educação, por meio da criação de desafios, eventos com capacitação e prêmio para explorar e desenvolver algumas ideias. Existem inúmeras ideias e é preciso capacitá-las para a prática. É necessário criar ferramentas para promover e fomentar ações inovadoras na educação em seus diversos níveis. Para que boas práticas se potencializem e que a inovação faça parte da educação da Bahia. Ações como as Residências de Aprendizagem Criativa, promovidas pela Secretária de Educação são exemplos relevantes para promoção, especialmente para educação no ensino fundamental e médio;
3. Ações de formação e qualificação, que considerem o mapeamento de experiências que deram certo seja em outras regiões da Bahia e do Brasil. Existem uma multiplicidade de ações educacionais que são promovidas nos estados e no Brasil como um todo que podem ser aproveitadas e desenvolvidas nos diversos contextos da Bahia. Como o exemplo da Escola Nossa Senhora do Carmo, em Bananeiras, na Paraíba, que desenvolve os planos educacionais com metodologias de projetos voltados para integrar a comunidade;
4. Qualificação dos professores e programas de trocas de experiência. Investir no professor é multiplicar futuro, por isso a realização de projetos de formação continuada que incluam, por exemplo, intercâmbios entre os professores pode potencializar a inovação no ambiente educacional e promover o desenvolvimento dos profissionais.;
5. Projetos de formação para professores utilizando as práticas exploradas do sistema S, por meio de parcerias para promoção desses profissionais. O Sebrae e as demais instituições do Sistema S, como SENAT, SENAR, SENAC e SENAI possuem ampla experiência na formação de profissionais capacitados e com uma visão clara de desenvolvimento profissional e fomento ao empreendedorismo. Seria fundamental para o governo do estado ofertar

---

<sup>3</sup> Essas Linhas de Ações estão já foram homologadas pelos representantes do Grupo Focal

- formações promovidas de forma conjunta ou que utilizem metodologias já testadas e aprovadas. Os desafios atuais da educação necessitam de possibilidades de formações mais ágeis;
6. Fomentar e premiar ações de destaque para a educação empreendedora. O fomento ao empreendedorismo é relevante em suas muitas fases, por isso é importante que o estado esteja atento para ações que são realizadas no seu interior. Assim, criar prêmios para ações empreendedoras de jovens baianos seria importante para incentivar e difundir o empreendedorismo. Além de editais estaduais de plano de formação inovadora e empreendedorismo e editais para replicações ações inovadoras, como meio de fomentar;
  7. Desenvolvimento de ações para fomento ao empreendedorismo no ensino superior. O ensino superior é o grande promotor de ciência e inovação no Brasil, por isso estimular alunos desta esfera de educação também é importante. A proposta de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) empreendedor para ensino superior estadual seria altamente impactante. A proposta seria acompanhada por mentorias e complementada com ações para desenvolvimento de produtos; além da criação de laboratório de habilidades empreendedoras, vinculados às instituições de ensino superior e a promoção de parcerias com as universidades e incubadoras, vinculadas ao governo do estado para promover o ambiente de inovação.

### **Ciência, Tecnologia e Inovação**

A inovação é um aspecto determinante no processo de desenvolvimento de um país. Além de melhorar a competitividade das empresas, ela consegue aproximar as economias em desenvolvimento – como é o caso do Brasil – da fronteira tecnológica dos países líderes do mercado global. Esse processo apresenta a capacidade de promover a geração de riqueza interna e, conseqüentemente, o crescimento econômico local. Assim, trata-se de um tema presente na pauta de discussão de diversos stakeholders, como formuladores de política ou tomadores de decisão em ambientes organizacionais e institucionais de uma região ou de um país. É tema recorrente na literatura técnica e científica, como relatórios do Banco Mundial, do Fórum Econômico Mundial, das Nações Unidas, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), bem como nos mais variados periódicos e eventos acadêmicos (Fiec, 2023).

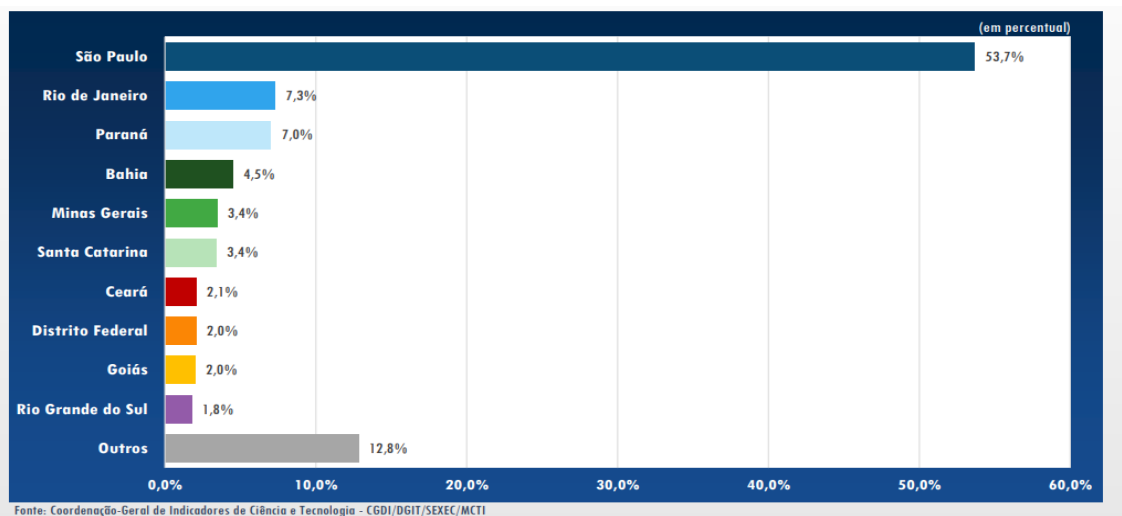
A inovação é o motor que impulsiona o crescimento e que depende, para dar resultados, de políticas e ações públicas que estimulem o ecossistema de inovação nacional, regional e local (Santos, Mahal e Leite, 2023). Para Jugend et al. (2019), citado por Santos, Mahal e Leite, 2023, são notados três grandes temas relacionados ao desenvolvimento por meio da inovação, a saber: (I) apoio ao desenvolvimento de recursos humanos qualificados; (II) melhoria da inovação nos países em desenvolvimento; e (III) suporte técnico e gerencial a novas empresas de base tecnológica, spin-offs e startups. Enquanto as dimensões do suporte público para a inovação ocorrem por meio do (i) Apoio público à inovação; (II) Apoio financeiro para atividades de P&D; (III) Desenvolvimento por meio da inovação; (IV) Apoio a programas setoriais; e (V) Colaboração universidade-indústria-governo (hélice tríplice).

Em 2022, o Brasil ocupou a 54ª colocação dentre 132 países no ranking do Índice Global de Inovação (IGI), divulgado pela OMPI, mesmo apresentando o 12º maior Produto Interno Bruto (PIB) da economia global. Isto é, há uma disparidade de posições entre o IGI e o PIB do Brasil, demonstrando um desnível entre o poder econômico e o potencial efetivo do país para inovar. Por outro lado, é importante ressaltar que o Brasil tem um bom desempenho para um país de renda média elevada, bem como vem apresentando melhorias desde 2019 (DUTTA et al., 2022, citado por FIEC,2023).

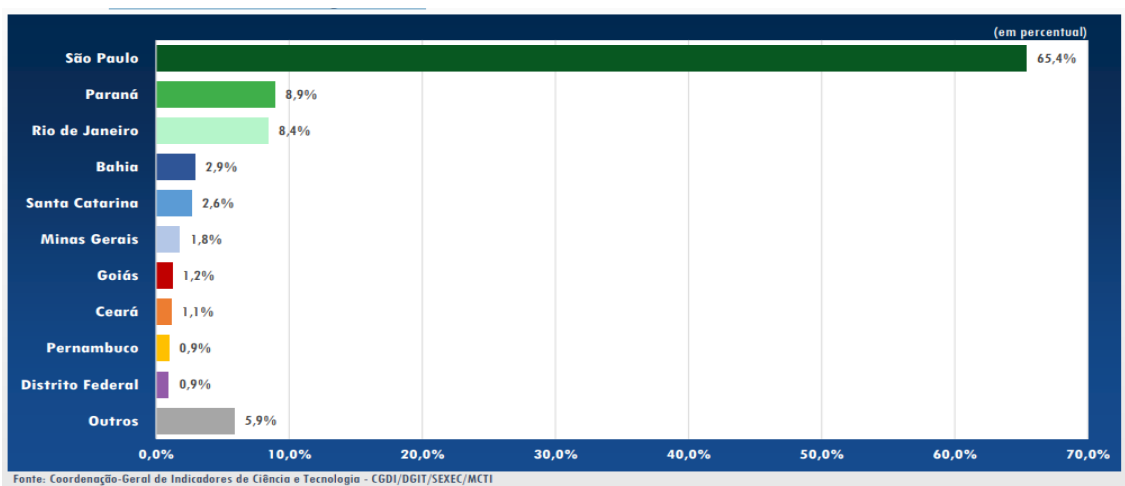
Entre os países da América Latina e Caribe, o Brasil figurou pela primeira vez entre as três primeiras colocações da região, ocupando a 2ª posição, atrás somente do Chile (50ª). Dentre os cinco países que formam o grupo BRICS, o Brasil subiu uma posição, ficando em 4º lugar, pontuando atrás da China (11ª), da Índia (40ª), da Rússia (47ª), mas à frente da África do Sul (61ª) (FIEC,2023).

Dados publicado pelo MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em 2023 apresentam evoluções do dispêndio nacional e dos estados em ciência e tecnologia entre os anos de 2000-2020. Em 2020 o Estado da Bahia ocupou o 3º lugar no ranking nacional conforme se demonstra no gráfico a seguir. De igual modo o estado ocupou o mesmo ranking no dispêndio em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

**Gráfico 2** - Distribuição percentual dos dispêndios dos governos estaduais em ciência e tecnologia (C&T), por unidade da federação, 2020



**Gráfico 3** - Distribuição percentual dos dispêndios dos governos estaduais em pesquisa e desenvolvimento (P&D), por unidade da federação, 2020



A Lei n. 11.174/2008 - Lei Estadual de Inovação, versa sobre os incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no Estado da Bahia e foi concebida com o objetivo de estimular a integração entre as instituições públicas, acadêmicas e o setor produtivo, nos processos que envolvam a inovação (Santos, Mahal e Leite, 2023).

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) opera na promoção de ações almejando estimular o ecossistema de inovação baiano, com um foco nas empresas que invistam diretamente em P&D. No topo das ações da Secti se encontra o Programa Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica (INOVATEC), criado pela Lei nº 9.833, em 2005, cujas linhas-mestras são: a) ampliar o conteúdo de ciência, tecnologia e inovação, b) incentivar os investimentos de base tecnológica do estado e c) incentivar as atividades de P&D. A Secti gerencia o Tecnocentro, visando conectar os agentes de inovação inseridos na comunidade acadêmica, no mundo empresarial e o poder público, diminuindo riscos tecnológicos.

Por meio do INOVATEC, o governo concede benefícios fiscais como postergação do ICMS nas entradas de importação de máquinas, equipamentos, instrumentos e seus sobressalentes, destinados aos investimentos de base tecnológica. Ademais, oferece benefícios financeiros para as entidades públicas na criação da infraestrutura necessária à implementação e fixação da inovação. Para as entidades privadas, oferece benefícios na aquisição de bens e equipamentos essenciais às atividades de inovação. Como contrapartida, as empresas que tiveram os seus projetos aprovados, apresentarão cronogramas sobre a execução dos projetos, possibilitando a avaliação pelo gestor do programa dos resultados atingidos.

Outra parte fundamental de um ecossistema de inovação, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), institucionalizou a necessidade de investimento em ciência e tecnologia. Tais instituições tem como objetivo principal apoiar a inovação e estimular a produção de ciência e tecnologia em áreas estratégicas para o desenvolvimento tecnológico, tendo como métrica de qualidade principal o número de patentes submetidas (PAVITT, 1982; ARCHIBUGI, 1992). A Fundação de Amparo à Pesquisa do estado da Bahia (FAPESB) foi criada apenas em 2001, com um orçamento fixado em 1% da receita tributária líquida do estado, em uma tentativa de garantir um fluxo regular de recursos às suas atividades de fomento.

Entre 2001 e 2022, a FAPESB instituiu o Programa de Apoio à Pesquisa na Empresa – Bahia Inovação, cujo objetivo é servir de nó condutor da rede de agentes de inovação da Bahia, oferecendo dois importantes editais: Centelha e Tecnovia. O Programa Empreende Bahia auxilia as empresas emergentes de TIC dentro do ambiente acadêmico a criarem uma rede de inovação com parceiros de negócios, sejam institutos de pesquisa internacionais, órgãos oficiais ou outros agentes de inovação.

Cardozo e outros (2021), citando Leipnitz e Lóssio (2021) definem ecossistema de inovação a partir do conceito da biologia, referindo-se a um ambiente propício ao surgimento, crescimento e desenvolvimento dos membros que pertencem a este habitat. Os ecossistemas são constituídos por organizações e o seu entorno: fornecedores, clientes e colaboradores – denominados stakeholders. Na definição de Freeman (1984), citado por Cardozo e outros (2021), estes atores são essenciais no planejamento estratégico de negócios, ou seja, afetam ou são afetados pelos resultados de uma organização. São eles: proprietários, clientes, fornecedores, concorrentes, órgãos de governo, mídia, comunidade, organizações sem fins lucrativos, analistas financeiros, instituições financeiras.

Consta no 22º Relatório Global do Ecossistema de Startups 2021 (GSER, 2021), que o Brasil é um hotspot particular com 13.000 startups: 20 vezes mais do que uma década atrás. Os empresários têm aproveitando seu ecossistema de primeira classe para arrecadar US\$ 5,2 bilhões no acumulado do ano até julho de 2021, superando todo o ano de 2020 e registrando um recorde para aquele país. São Paulo, a maior cidade do Brasil, abriga mais unicórnios do que Seul, Jacarta, Amsterdã ou Hong Kong. Tem quase tanto quanto Berlim e quase o dobro o número de Austin e Miami

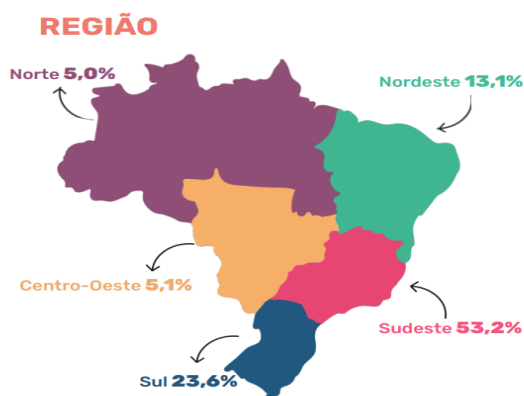
Na Bahia vem se observando o surgimento e a consolidação de várias comunidades de inovação, sediadas, em sua maioria, na capital Salvador, a exemplo da All Saints Bay, do Parque Tecnológico da Bahia, do Hub Salvador e do Colabore, além da Vale do Dendê, Black Business Bahia, Santana Valley, Vale dos Quitandeiros. Feira de Santa e Ilhéus também tem expressão regional, locais-sede do *Hub Feira* e do Espaço Colaborar (Pinheiro e Souza, 2021). O estado conta com cerca de 3,4% das startups do Brasil, uma parcela significativa frente aos 13,1% da região nordeste.

Figura 5 - Distribuição Regional Startups – Brasil – 2022

## DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS STARTUPS

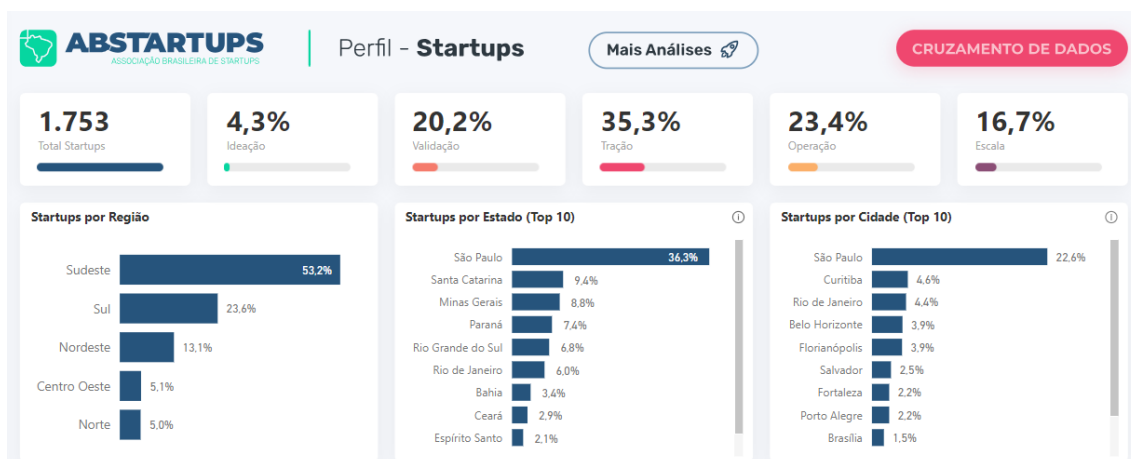
### PRINCIPAIS ESTADOS

São Paulo (SP)	36,3%
Santa Catarina (SC)	9,4%
Minas Gerais (MG)	8,8%
Paraná (PR)	7,4%
Rio Grande do Sul (RS)	6,8%
Rio de Janeiro (RJ)	6,0%
Bahia (BA)	3,4%
Ceará (CE)	2,9%
Espírito Santo (ES)	2,1%
Goiás (GO)	1,9%



Fonte: ABSTARTUPS (2022)

Figura 6 – Perfil Startup Brasil – 2022



Fonte: ABSTARTUPS (2022)

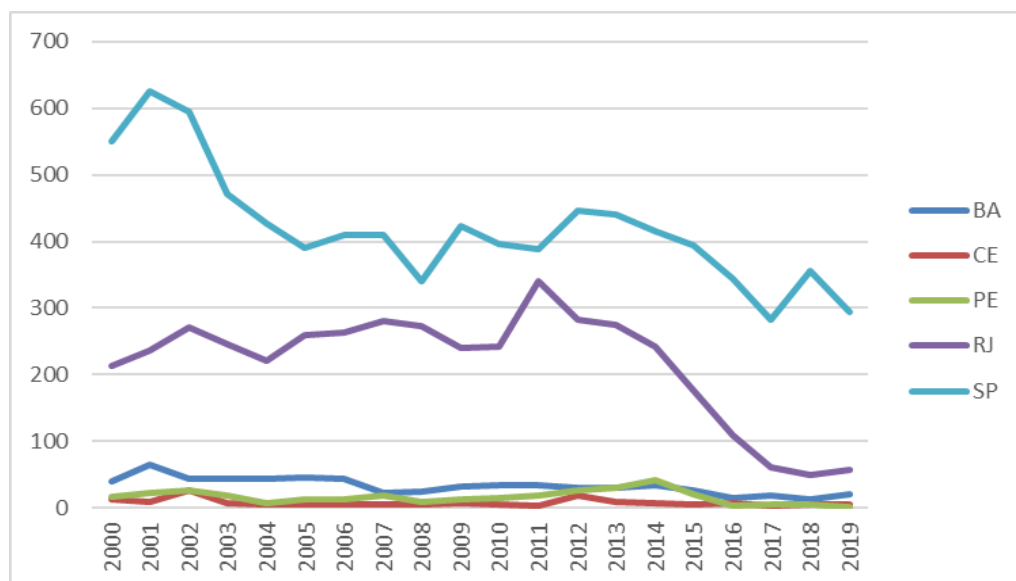
Segundo Pinheiro e Souza (2021) a Bahia possui um ecossistema de CT&I amplo, contemplando os atores dos segmentos das instituições de ciência e tecnologia, setores de investimento e produtivo, governos e outras entidades. E sob a luz do marco legal de CT&I, recentemente promulgada pela Lei Estadual nº 14.315 de 17 de junho de 2021 visualiza-se um cenário positivo para estimular a interação dos atores do ecossistema a fim de fortalecer o desenvolvimento socioeconômico regional através da inovação tecnológica.

Ainda de acordo com Pinheiro e Souza (2021), a infraestrutura em CT&I do estado vem se ampliando com o intuito de criar ambientes de integração dos atores do ecossistema. Visa também a dar apoio às instituições, que demandam de estruturas básicas para formação de negócios a suporte especializado. Atualmente, destaca-se o Parque Tecnológico, que abriga empresas de pesquisa e inovação. Sua estrutura principal – Tecnocentro – acolhe 22 empresas e cinco instituições de ciência e tecnologia. Conta ainda com o Polo de Inovação Salvador – PIS, gerido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), o Living Lab, resultado de parceria entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Instituto Fraunhofer, e conta com a incubadora de empresas de base tecnológica, a Áity. Distribuídos em outros territórios. Há espaços que atuam como ponto focal de suporte aos ecossistemas locais como: coworking, laboratórios compartilhados, incubadoras, incubadora de economia solidária, aceleradoras e núcleos de inovação tecnológica.

Nessa mesma perspectiva, os Espaços Dinamizadores desenvolvidos pela Secti estão dispostos nos territórios levando em consideração o nível de maturidade de integração de seus atores, objetivando fortalecer suas relações e fomentar o desenvolvimento tecnológico. Instalados em diversos municípios, esses espaços possuem diferentes características para se adaptar à demanda local e se apresentam como Espaço Pensar, Espaço Colaborar, Espaço Fazer e Espaço Inovar

O desenvolvimento de P&D impacta positivamente na produtividade dos setores de ponta da economia e nas atividades inseridas na mesma cadeia produtiva, sendo um indicador importante da competitividade setorial/empresarial. Entre 2000 e 2019, a Bahia registrou 665 patentes, colocando-se em primeiro lugar na região Nordeste, seguida por Pernambuco (331 patentes) e Ceará (163 patentes) e em quinto no Brasil. O estado de São Paulo somou 8.401 patentes e Rio de Janeiro, 4.344 patentes. Entre 2021 e 2022, segundo a pesquisa de inovação FIEC 2023, nosso estado avançou no ranking nacional, saindo do 13º lugar em 2021 para o 11º em 2022. Estes números são passíveis de mudança via uma política pública de fomento à pesquisa e desenvolvimento, todavia, atualmente, o INOVATEC, a principal política estadual de fomento à tecnologia e inovação, vê a submissão de novos projetos suspensa.

**Gráfico 1** – Evolução do número de patentes por UF (2000-2019)



Fonte: Adaptado de INPI (2023)

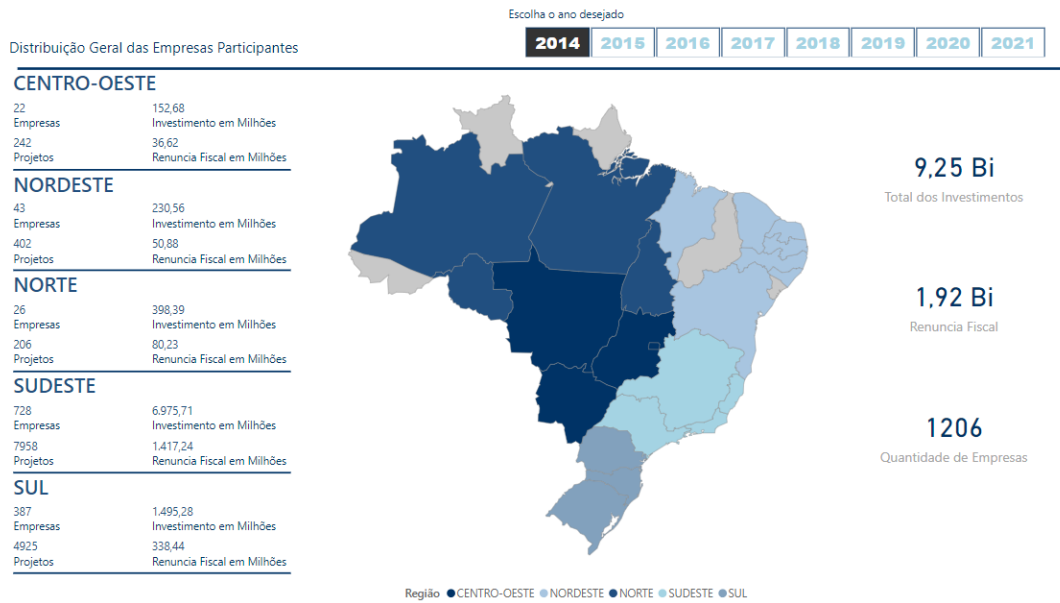
A adesão à programas federais, como a Lei do Bem, vêm aumentando ao longo dessa década no país. Na Bahia 15 acessaram a essa Lei em 2014, representando 35% do Nordeste, passando a 44 em 2021, embora tenha apresentado um crescimento expressivo no período nesse período (193,3%), recuou com relação a participação de empresas no Nordeste (26,7%).

**Gráfico 5** – Evolução Histórica das Empresas Participantes da Lei do Bem



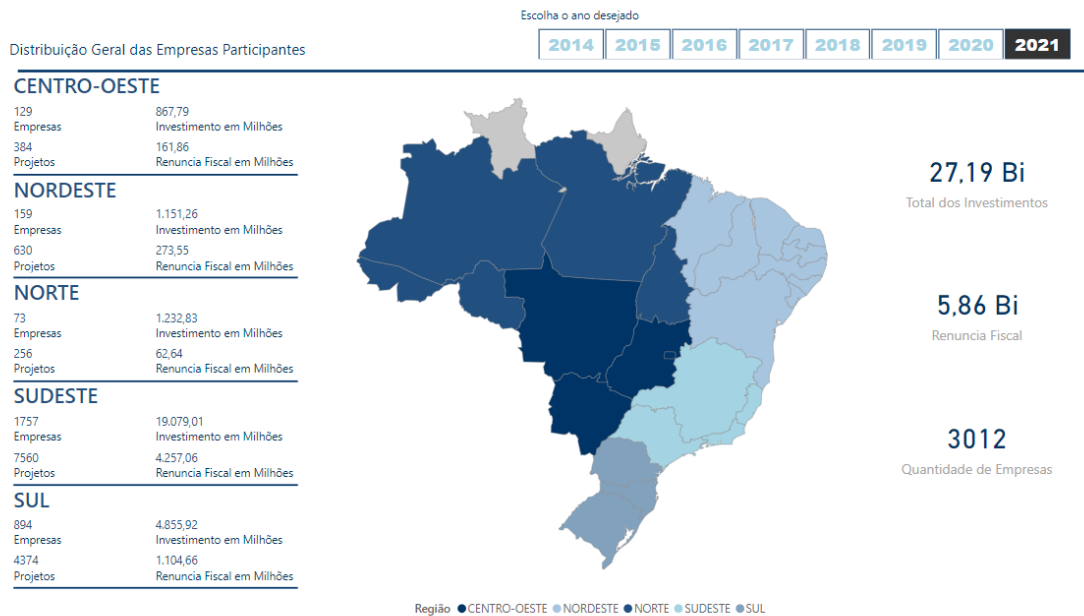
Fonte: MCTI – 2023

**Figura 7 – Aplicação da Lei do Bem 2014**



Fonte: MCTI – 2023

**Figura 8 – Aplicação da Lei do Bem 2021**



Fonte: MCTI – 2023

O nível de conectividade dos estados é crucial para os indivíduos e as organizações desempenharem seu papel econômico na sociedade. Os acessos à informação, à comunicação bem como ao conhecimento estão condicionados à conectividade de um modo geral, por isso o nível de conectividade pode oportunizar ou dificultar a inovação. Um ambiente inovador requer uma infraestrutura conectada à internet. Assim, uma infraestrutura de amplo acesso à telecomunicação de qualidade, distribuída à população com alta velocidade e dotada de considerável capacidade de banda larga é basilar para efetivar as capacidades de inovação. É exatamente esse aparato de conectividade que o indicador de Infraestrutura captura. O Índice FIEC mensura o indicador de Infraestrutura em consonância com o IGI, publicado pela OMPI. O indicador é composto de três subindicadores de telecomunicação: acesso per capita à banda larga, velocidade média de banda larga e cobertura municipal com fibra ótica. O indicador de Infraestrutura seleciona quatro variáveis: I) quantidade de acesso à banda larga; II) velocidade média de banda larga contratada; III) cobertura municipal com fibra ótica; IV) população total do estado. Com isso, calculam-se os subindicadores e, a partir. No Indicador infraestrutura, em 2022 a Bahia ocupou o 7º lugar no ranking nacional, apresentando um importante avanço em relação a 2021, onde ocupava o 18º lugar.

Tabela 4 – Infraestrutura

## Infraestrutura

UF	Índice 2022	Ranking 2022	Ranking 2021	Comparação 2022-2021
<b>DISTRITO FEDERAL</b>	<b>0,831</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	=
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>0,827</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	=
<b>SÃO PAULO</b>	<b>0,783</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	▲
<b>PARANÁ</b>	<b>0,741</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	▲
<b>RIO DE JANEIRO</b>	<b>0,726</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	▼
Rio Grande do Sul	0,705	6	6	=
Bahia	0,658	7	18	▲
Mato Grosso	0,647	8	14	▲
Roraima	0,594	9	10	▲
Minas Gerais	0,577	10	13	▲
Ceará	0,566	11	7	▼
Mato Grosso do Sul	0,548	12	9	▼
Espírito Santo	0,544	13	12	▼
Acre	0,541	14	15	▲
Rondônia	0,518	15	8	▼
Amapá	0,502	16	11	▼
Goiás	0,481	17	17	=
Maranhão	0,455	18	19	▲
Alagoas	0,448	19	24	▲
Pernambuco	0,429	20	20	=
Pará	0,403	21	22	▲
Rio Grande do Norte	0,397	22	21	▼
Sergipe	0,370	23	16	▼
Paraíba	0,354	24	23	▼
Piauí	0,342	25	26	▲
Amazônas	0,318	26	25	▼
Tocantins	0,277	27	27	=

Fonte: FIEC, 2023

A captação de investidores é imprescindível para o progresso da ciência e tecnologia no estado. Em busca de capital para o desenvolvimento dessas e outras áreas, o Governo do Estado foi à China e aos Emirados Árabes, onde foram estabelecidas diversas parcerias focadas em tecnologia e inovação com empresas como Dahua Technology, Avic e Hauwei. Nos Emirados, foi assinado um memorando com a Acelen, que garante à Bahia o capital de R\$ 1,5 bilhão em pesquisa de diesel verde.

O projeto baiano de transição energética, com foco em diesel verde, será desenvolvido com os óleos de macaúba e dendê. O intuito é contribuir para a desfossilização de combustíveis. O recurso inicialmente é de R\$ 1,5 bilhão, que, quando envolve pesquisadores de outros países ou estados, pode chegar a cerca de R\$ 2,5 bilhões. O capital será utilizado em diversos estudos, a exemplo da obtenção de germoplasmas de culturas ainda não domesticadas, fazendas-viveiro semiautomatizadas, cultivo e plantação em alta escala, tanto em pequenas como em grandes propriedades, colheita de alta escala, entre outros. Com isso, as universidades, instituições científicas e de inovação tecnológica (ICTs), startups e todo o ecossistema de inovação baiano serão impulsionados (Assessoria de Comunicação da SECTI, 2023).

Na China, ainda de acordo com a Assessoria de Comunicação da SECTI (2023), as negociações sobre tecnologia foram voltadas para o desenvolvimento do conceito de Cidades Inteligentes. A Dahua Technology, que promove serviço de segurança usando Inteligência Artificial das Coisas (AIoT), quer desenvolver estudos para aplicar sua tecnologia no estado, além de investir nas cidades inteligentes de Entre Rios e Itaparica. A Avic, conglomerado focado em infraestrutura, também mostrou interesse em aplicar recursos nas Smart City baianas. Com a gigante de tecnologia chinesa, Hauwei, foi assinado um memorando para expansão tecnológica. A empresa utilizará o Parque Tecnológico da Bahia para elaborar projetos e formar mão de obra.

### **Limites e Desafios para Inovação na Bahia**

O Índice FIEC de Inovação assenta-se no entendimento de que a inovação consiste em um conjunto de complexidades, com características, causas e consequências próprias de cada ambiente. A FIEC desenvolve um esforço de trabalho para aferir uma medida indicativa de inovação para as 27 unidades federativas do Brasil.

Para isso, constrói-se um índice composto (BENELI, 2019; HOLGERSSON; KEKEZI, 2018, citado por FIEC, 2023), englobando um conjunto de 22 subindicadores, que resultam em 12 indicadores, divididos em 2 dimensões: Capacidades e Resultados.

A dimensão Capacidades captura a estrutura de promoção à inovação nos estados, na forma de disponibilidade de recursos que potencializam a produtividade na criação de produtos, processos e negócios inovadores. Essa dimensão é composta de sete indicadores: I) Investimento Público em Ciência e Tecnologia; II) Capital Humano – Graduação; III) Capital Humano – pós-graduação; IV) Inserção de Mestres e Doutores; V) Instituições; vi) Infraestrutura; e VII) Cooperação. Já a dimensão Resultados ilustra o desempenho que reflete a inovação em si nos estados, na forma de posicionamento no ambiente, que proporciona dinâmica e competitividade com teor inovador. São cinco indicadores nessa dimensão: I) Competitividade Global; II) Intensidade Tecnológica; III) Propriedade Intelectual; IV) Produção Científica; e V) Empreendedorismo (FIEC,2023).

O top 5 no Índice de Inovação é composto por: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na dimensão de Capacidades, os primeiros colocados se repetem, sendo novamente: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Enquanto isso, na dimensão de Resultados, a ordem é: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Pode-se observar uma predominância de estados das regiões Sul e Sudeste entre os mais inovadores. Já aqueles com as piores colocações no índice geral são Tocantins (27º), Amapá (26º), Piauí (25º), Alagoas (24º) e Acre (23º) (FIEC,2023). O Estado da Bahia ficou no 12º, evoluindo seis posições em relação a 2021, conforme tabela a seguir.

**Tabela 5 – Índice de Inovação FIEC – Dimensão Capacidades - 2023**

UF	Índice 2022	Ranking 2022	Ranking 2021	Comparação 2022-2021
SÃO PAULO	0,803	1	1	=
RIO DE JANEIRO	0,602	2	2	=
RIO GRANDE DO SUL	0,459	3	3	=
SANTA CATARINA	0,411	4	5	▲
PARANÁ	0,402	5	4	▼
Minas Gerais	0,366	6	6	=
Distrito Federal	0,343	7	7	=
Espírito Santo	0,297	8	8	=
Ceará	0,265	9	9	=
Pernambuco	0,245	10	12	▲
Bahia	0,242	11	17	▲
Mato Grosso do Sul	0,240	12	11	▼
Mato Grosso	0,235	13	19	▲
Rondônia	0,231	14	10	▼
Paraíba	0,221	15	14	▼
Goiás	0,205	16	16	=
Rio Grande do Norte	0,200	17	13	▼
Pará	0,194	18	18	=
Sergipe	0,192	19	15	▼
Roraima	0,189	20	21	▲
Amazonas	0,184	21	20	▼
Maranhão	0,175	22	25	▲
Alagoas	0,171	23	23	=
Acre	0,168	24	24	=
Amapá	0,166	25	22	▼
Piauí	0,147	26	26	=
Tocantins	0,105	27	27	=

Fonte: FIEC, 2023

Na dimensão Resultados, o Estado da Bahia, ocupou o 15º, caindo 03 posições em relação a 2021.

Tabela 6 – Índice de Inovação FIEC – Dimensão Resultados - 2023

## Índice de Resultados

UF	Índice 2022	Ranking 2022	Ranking 2021	Comparação 2022-2021
SÃO PAULO	0,915	1	1	=
SANTA CATARINA	0,465	2	2	=
RIO GRANDE DO SUL	0,442	3	3	=
PARANÁ	0,389	4	4	=
MINAS GERAIS	0,343	5	5	=
Rio de Janeiro	0,336	6	6	=
Amazonas	0,322	7	7	=
Pernambuco	0,265	8	8	=
Distrito Federal	0,224	9	9	=
Espírito Santo	0,212	10	10	=
Goiás	0,202	11	11	=
Ceará	0,191	12	15	▲
Sergipe	0,190	13	13	=
Rio Grande do Norte	0,182	14	14	=
Bahia	0,179	15	12	▼
Paraíba	0,129	16	16	=
Matô Grosso do Sul	0,091	17	17	=
Pará	0,081	18	18	=
Matô Grosso	0,071	19	19	=
Rondônia	0,070	20	27	▲
Maranhão	0,063	21	21	=
Piauí	0,061	22	22	=
Acre	0,056	23	20	▼
Roraima	0,049	24	23	▼
Alagoas	0,037	25	25	=
Tocantins	0,030	26	24	▼
Amapá	0,013	27	26	▼

Fonte: FIEC, 2023

Nesse ambiente de incertezas e riscos, é essencial o papel do poder público como financiador de investimento em inovação. Ao criar um ambiente propício, realizando investimentos de maneira eficiente e fornecendo apoio direcionado, o setor público pode ser altamente eficaz em mitigar obstáculos e estimular o setor privado a investir em inovação. Parte fundamental desse apoio ocorre por meio do Investimento Público em Ciência e Tecnologia (C&T), que funciona como catalizador do investimento privado, atraindo novos atores e compartilhando os riscos inerentes ao processo. Nesse índice os estados apresentaram o seguinte ranking: São Paulo (1º), Rio de Janeiro (2º) e Espírito Santo (3º) são os três primeiros colocados em Investimento Público em C&T. Por outro lado, os estados com pior desempenho são Roraima (27º), Rio Grande do Norte (26º) e Tocantins (25º). O Estado da Bahia ocupou o 19º lugar, subindo 02 posições com relação a 2021(FIEC,2023).

Tabela 7 – Investimento Público em Ciência e Tecnologia - 2023

### Investimento Público em Ciência e Tecnologia

UF	Índice 2022	Ranking 2022	Ranking 2021	Comparação 2022-2021
SÃO PAULO	1,000	1	1	=
RIO DE JANEIRO	0,547	2	2	=
ESPÍRITO SANTO	0,089	3	4	▲
PIAUI	0,069	4	5	▼
DISTRITO FEDERAL	0,058	5	7	▲
Pará	0,049	6	17	▲
Acre	0,048	7	9	▲
Paraná	0,043	8	3	▼
Alagoas	0,041	9	6	▼
Rio Grande do Sul	0,036	10	8	▼
Amazonas	0,035	11	11	=
Minas Gerais	0,028	12	13	▲
Ceará	0,026	13	10	▼
Mato Grosso	0,025	14	12	▼
Pernambuco	0,024	15	14	=
Bahia	0,013	16	15	=
Goiás	0,012	17	19	▲
Maranhão	0,008	18	16	▼
Sergipe	0,006	19	18	▼
Mato Grosso do Sul	0,004	20	22	▲
Santa Catarina	0,003	21	20	▼
Rondônia	0,002	22	24	▲
Amapá	0,001	23	23	=
Paraíba	0,001	24	21	▼
Tocantins	0,000	25	25	=
Rio Grande do Norte	0,000	26	26	=
Roraima	0,000	27	27	=

Fonte: FIEC, 2023

Embora o Estado, através da SECTI e da FABESB, tenha empreendido esforços para dinamizar investimentos em inovação, na percepção de atores ligados a essa temática, a construção de um ecossistema de inovação robusto passa por dificuldades na Bahia. O governo não consegue organizar e promover estratégias conjuntas para circulação do conhecimento acumulado em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), o que impossibilita a assimilação de processos inovativos dentro das esferas dos agentes de inovação.

Ainda de acordo com a FIEC (2023), a boa governança institucional cumpre dois papéis fundamentais na inovação: reduz os custos de transação e gera confiança para investimentos de risco. Nesse sentido, as proxies utilizadas pela FIEC para mensurar o ambiente institucional são: i) agilidade da Justiça do Trabalho; ii) transparência pública; iii) saúde fiscal dos governos estaduais. A primeira contribui para a redução dos custos de transação, ao passo que as duas últimas são altamente relevantes para dar confiança ao setor privado em investir em atividades produtivas inovadoras. Embora tenha crescido 04 posições entre 2021 e 2022, a Bahia ocupou a 16º nesse indicador.

**Tabela 8 – Ambiente Institucional – 2023**

### Instituições

UF	Índice 2022	Ranking 2022	Ranking 2021	Comparação 2022-2021
SÃO PAULO	0,863	1	1	=
PARAÍBA	0,764	2	8	▲
RONDÔNIA	0,756	3	2	▼
PARANÁ	0,716	4	3	▼
CEARÁ	0,711	5	4	▼
Espírito Santo	0,708	6	6	=
Mato Grosso	0,700	7	15	▲
Santa Catarina	0,677	8	7	▼
Pernambuco	0,668	9	9	=
Minas Gerais	0,665	10	5	▼
Distrito Federal	0,625	11	12	▲
Amapá	0,611	12	16	▲
Mato Grosso do Sul	0,607	13	14	▲
Maranhão	0,603	14	22	▲
Alagoas	0,554	15	13	▼
Bahia	0,544	16	20	▲
Goiás	0,542	17	10	▼
Sergipe	0,514	18	17	▼
Rio de Janeiro	0,489	19	18	▼
Piauí	0,487	20	25	▲
Rio Grande do Sul	0,480	21	11	▼
Amazonas	0,468	22	21	▼
Pará	0,466	23	19	▼
Acre	0,444	24	23	▼
Roraima	0,333	25	27	▲
Tocantins	0,332	26	26	=
Rio Grande do Norte	0,281	27	24	▼

Fonte: FIEC, 2023

Na perspectiva de profissionais ligados à inovação da Bahia, é difícil avaliar que haja um ecossistema pleno de inovação na Bahia, falta articulação entre os agentes para constituir uma rede efetiva. Os atores estão distantes entre si, observando apenas a sua realidade e as instituições de suporte não conseguem produzir ativação dos segmentos e das regiões. A rede de inovação do estado não está organizada de forma efetiva, no entanto, existem cidades com algumas ações significativas. Analisando-se estudos de mapeamento, Feira de Santana é a segunda maior cidade do estado em termos de inovação. Apesar disto existe uma concentração significativa na capital, e outros polos existentes estão dispersos, como Vitória da Conquista, Barreiras e Lauro de Freitas. O grau de maturidade destes “ecossistemas locais” permanece em estágio inicial. Ocorre a necessidade de entender os espaços inovativos do estado de forma coletiva. Existem atores, mas não há governança ou estratégias compartilhadas entre eles.

Há uma carência para o ecossistema do estado, e é necessário ter um cuidado especial para organizá-lo. Em muitos casos não se trata de estabelecer uma liderança, mas de conseguir criar espaços de planejamento e gestão de demandas comuns. Ocorre a necessidade de uma governança para o ecossistema do estado, e o governo pode ocupar o lugar de mediador neutro dos debates. Instituições como a SECTI tem a possibilidade de ocupar o papel de mobilizador, tendo em vista a falta de ações de engajamento do ecossistema. Não há uma estratégia clara, e no passado as práticas bem-sucedidas foram aquelas que conseguiram criar diálogos entre os interlocutores.

Quando se fala em ciência, tecnologia e inovação o tempo das ações são muito importantes, é preciso criar um planejamento agora para que se desenvolva algo no futuro. No ambiente de inovação em C&TI as coisas se modificam muito rápido, as tendências nascem e logo algumas morrem e surgem outras. O tempo de estado (e do setor público) é muito atrasado com relação ao mundo real da tecnologia. Existem prioridades, como o planejamento a longo prazo compartilhado, que vise congrega interesses do ecossistema, para isso é necessário a formalização de instâncias deliberativas. Consolidando redes formais com encontros frequentes para articulação e realização de agendas de trabalho. Os planejamentos não possuem acompanhamento e com isto o mais básico fica de lado, o planejamento para 2025 foi feito, mas os conselhos têm dificuldade de mobilização.

Mais uma vez a pesquisa aplicada pela FIEC denota o quanto o nosso estado precisa avançar em aspectos que colaboram com a Governança no ecossistema da inovação. Para a inovação, é imprescindível o estabelecimento de parcerias colaborativas no processo de criação de valor inovador. A colaboração é importante por vários aspectos, como a divisão de custos e riscos, o compartilhamento de recursos e conhecimentos e, sobretudo, a participação em redes que ampliam a perspectiva inovadora. A Cooperação, notadamente aquela explicitada em parques tecnológicos e em incubadoras e aceleradoras, procura caminhar na direção da inovação aberta, inclusiva e sem barreiras às iniciativas com potencial de impacto inovador.

O indicador Cooperação é formado por quatro variáveis: I) número de parques tecnológicos; II) número de incubadoras; III) número de aceleradoras; IV) população total do estado. A partir dos subindicadores de parques tecnológicos, de incubadoras e de aceleradoras per capita, ponderados pelas respectivas participações do estado no total do país, tem-se o indicador de Cooperação. Nesse indicador o nosso Estado manteve estável no período 2021-2022, ocupando a 22° lugar no ranking nacional.

Tabela 9 – Cooperação – 2023

## Cooperação

UF	Índice 2022	Ranking 2022	Ranking 2021	Comparação 2022-2021
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>1,000</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	=
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>0,579</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	=
<b>PARANÁ</b>	<b>0,547</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	=
<b>RORAIMA</b>	<b>0,411</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	=
<b>SÃO PAULO</b>	<b>0,396</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	=
Rio Grande do Norte	0,293	6	6	=
Minas Gerais	0,257	7	7	=
Rio de Janeiro	0,188	8	8	=
Mato Grosso do Sul	0,159	9	9	=
Pernambuco	0,117	10	10	=
Distrito Federal	0,093	11	11	=
Rondônia	0,084	12	12	=
Espírito Santo	0,061	13	13	=
Amazonas	0,059	14	14	=
Goias	0,031	15	15	=
Tocantins	0,030	16	16	=
Ceará	0,030	17	17	=
Paraíba	0,026	18	18	=
Pará	0,025	19	19	=
Mato Grosso	0,021	20	20	=
Sergipe	0,015	21	21	=
Bahia	0,014	22	22	=
Acre	0,013	23	23	=
Maranhão	0,003	24	24	=
Piauí	0,002	25	25	=
Alagoas	0,002	26	26	=
Amapá	0,002	27	27	=

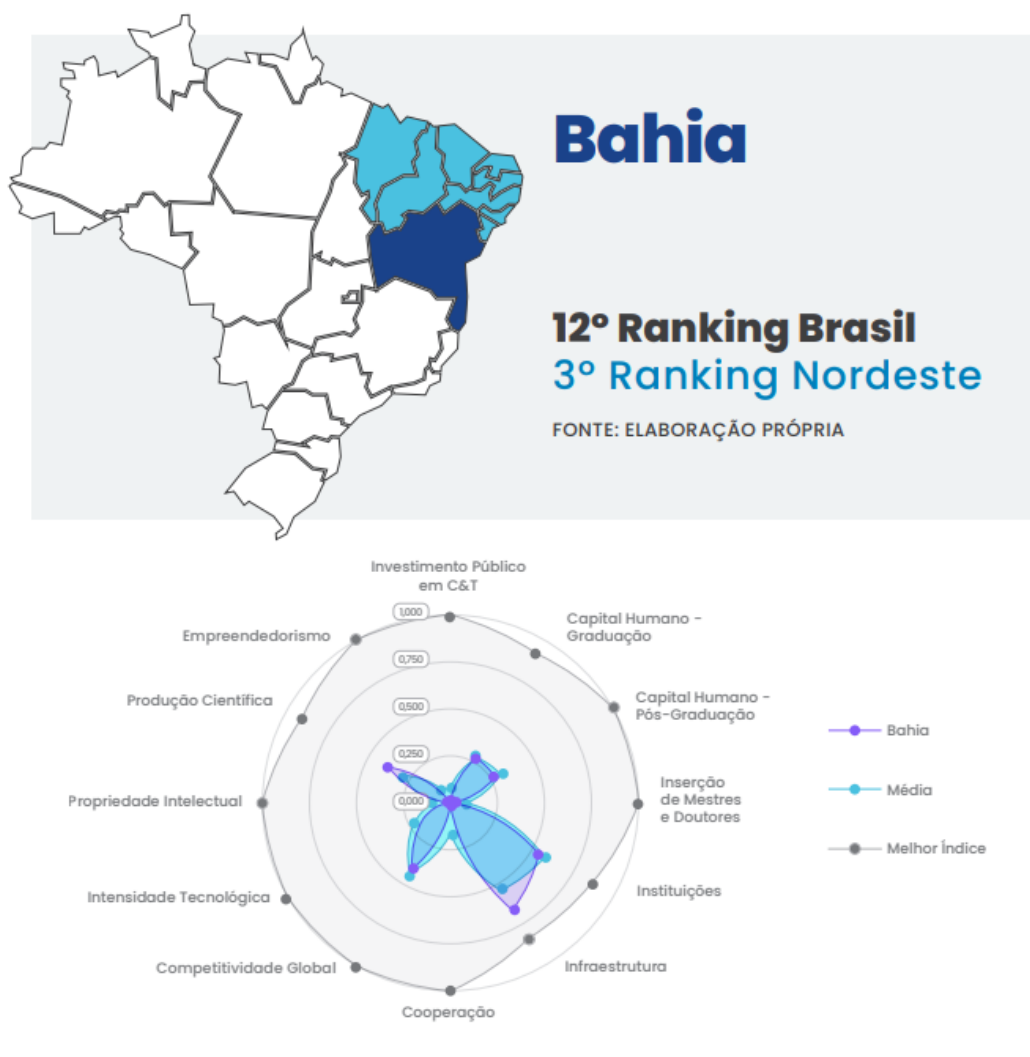
Fonte: FIEC, 2023

Falando-se na formação do capital humano e tomando-se ainda como referência a pesquisa FIEC (2023) o Estado da Bahia ocupou 12º lugar em 2022, recuando uma posição com relação a 2021, no indicador Capital Humano - Graduação. Já no indicador Capital Humano - Pós-Graduação, se manteve estável no período 2021-2022, ocupando a 11º lugar no ranking nacional. Uma qualificação da força de trabalho em nível mais elevado implica em maiores possibilidades de avanço tecnológico, tendo em vista seu papel nas atividades internas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) nas organizações. Nesse sentido, o indicador de Capital Humano em nível de pós-graduação capta a capacidade de inovação a partir da quantidade e da qualidade da oferta de mão de obra em áreas tecnológicas, notadamente oriundas de cursos das áreas CTEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

Para melhor explicitar nossos limites e desafios nos aspectos ligados à inovação, coloca-se a figura a seguir.

**Figura 8 – Índice FIEC de Inovação nos Estados 2022**

Índice FIEC de Inovação dos Estados 2022



Índice de Capacidades	11º	Índice de Resultados	15º
Investimento Público em C&T	16º	Competitividade Global	16º
Capital Humano - Graduação	12º	Intensidade Tecnológica	14º
Capital Humano - Pós-Graduação	11º	Propriedade Intelectual	11º
Inserção de Mestres e Doutores	12º	Produção Científica	13º
Instituições	16º	Empreendedorismo	10º
Infraestrutura	7º		
Cooperação	22º		

Fonte: FIEC, 2023

## **Inovação – Linhas de Ações<sup>4</sup>**

1. Potencializar iniciativas em cursos no estado. A UFBA é responsável por 85% das pesquisas do estado; o SENAI CIMATEC é hoje o que há de mais avançado e bem-sucedido no estado, a continuidade destas ações depende de investimentos, de fomento e de planejamento para que a inovação seja cada vez mais uma vocação do estado da Bahia;
2. Constituição de um ambiente de inovação com governança, que considere: (a) um plano de ação para o desenvolvimento do ecossistema; (b) a criação de espaços de diálogos entre os atores; (c) e tenha o estado como possível promotor neutro do ecossistema, que possui a capilaridade necessária para alcançar e mobilizar os ambientes locais de inovação;
3. Constituir um plano de investimento voltado para área de TI (Tecnologia da Informação) visando aumentar a competitividade no segmento. Ações neste sentido já estão ocorrendo, no âmbito da qualificação com investimento do Ministério de Ciência e Tecnologia junto a Setre e com aportes de verba para a FAPESB e o Senai Cimatec. É necessária uma coordenação com planejamento para o médio e longo prazo;
4. Ativação do Comitê Estadual de Ciência e Tecnologia (CTI) congregando instituições públicas e privadas, possibilitando o diálogo para definir estratégias para o futuro a construção de encaminhamentos e continuidade Exemplo: Conferências estaduais de CTI, vinculando metas que devem ser cumpridas e o acompanhamento das ações e metas planejadas;
5. Formação de um grupo de trabalho interdisciplinar no âmbito do Comitê Estadual de Ciência e Tecnologia, que envolva a Secretaria de Educação, a SECTI e representantes da sociedade civil no intuito de discutir e construir proposta de nova grade curricular para graduações tecnológicas
6. Expansão dos investimentos em inovação através de parcerias para captação de investimento privado nacional e estrangeiro. Para isso é necessário ter um plano para a CTI para o médio e longo prazo que demonstre os potenciais da Bahia e a preocupação com o desenvolvimento tecnológico;

---

<sup>4</sup> Essas Linhas de Ações estão em fase de homologação pelos representantes do Grupo Focal

7. Criar equipamentos dinamizadores de inovação em regiões estratégicas do Estado, para que, dessa forma, possa interiorizar e regionalizar as práticas e benefícios que a inovação desenvolvimentista pode propiciar em diversos municípios baianos;
8. Promover e realizar, prioritariamente nas comunidades mais carentes, a inclusão social/intelectual e econômica através do uso intensivo e sistêmico da inovação;
9. Usar a inovação como ferramenta para a prevenção e combate à criminalidade.

## Ambiente de Negócios e Tributação

### Ambiente de Negócios

Para comentarmos sobre o ambiente de negócios vamos adotar como referência pesquisa aplicada pela Millenium Papers - A liberdade econômica estadual no Brasil 2003-2020, que utiliza o Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual (IMLEE). A liberdade econômica é um indicador importante do desenvolvimento econômico e social de uma região e, no Brasil, tem sido monitorada por meio do IMLEE. Este índice avalia a capacidade dos estados em promover um ambiente de negócios propício ao crescimento econômico (Maciel, Portillo, Julian Alexienco e Gamboa, 2023).

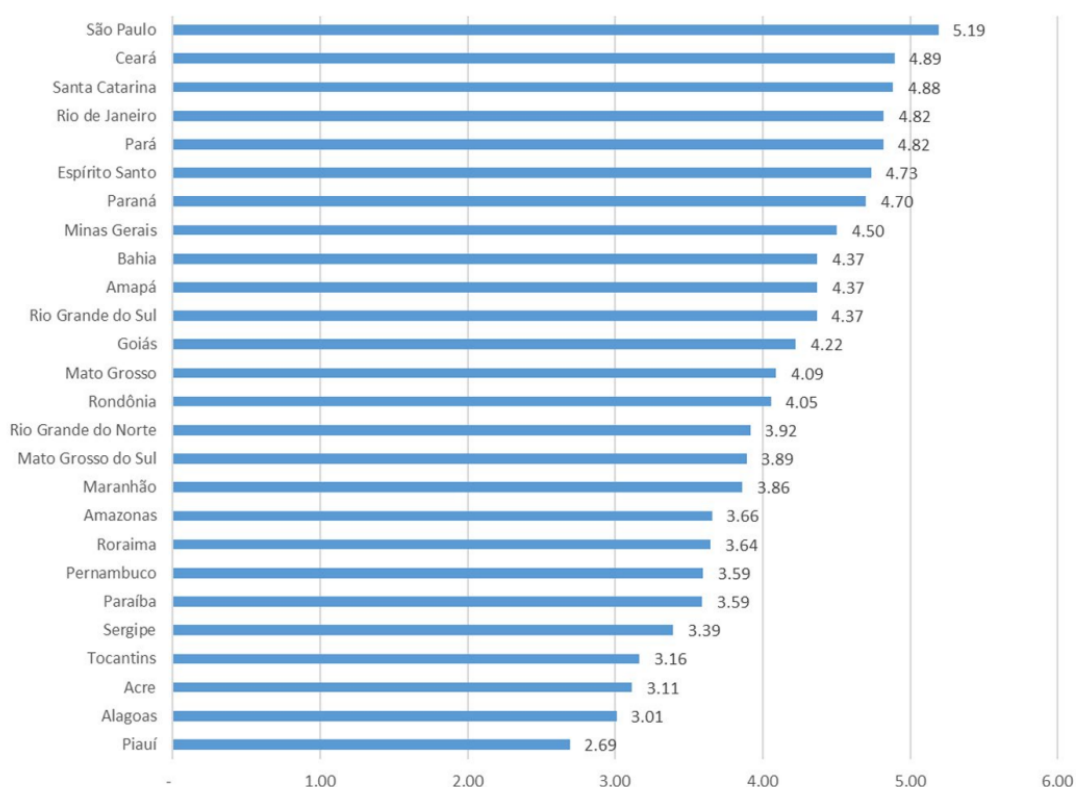
Segundo esses autores, a liberdade econômica no Brasil se mede de acordo com a metodologia a seguir:

- (a) o índice é composto por três dimensões: 1) gastos do governo, 2) tributação e 3) regulação e liberdade nos mercados de trabalho, sendo calculado pela média simples destas;
- (b) a dimensão de gastos do governo leva em consideração as despesas e transferências do governo, bem como as despesas previdenciárias e pensões, que são calculadas como uma porcentagem da renda estadual obtida a partir da renda bruta dos residentes em cada unidade da federação;
- (c) a dimensão de tributação mede a carga tributária nos governos federal, estadual e municipal, relacionando-a à renda bruta das famílias residentes na mesma esfera estadual;
- (d) os indicadores incluem impostos de renda, impostos sobre propriedade e transferências de patrimônio, bem como tributos indiretos sobre produção e consumo;
- (e) a regulação e liberdade nos mercados de trabalho são medidos através de três indicadores: leis estaduais sobre o salário mínimo, proporção de emprego no setor público e densidade sindical;
- (f) os dados que compõem o IMLEE são obtidos de fontes oficiais, como o IBGE, a Secretaria do Tesouro Nacional, o Ministério do Trabalho e a Receita Federal, bem como de websites eletrônicos e diários oficiais dos governos.

A pandemia e as políticas públicas para lidar com seus efeitos acabaram por aumentar a participação do Estado na atividade econômica. O setor privado teve forte encolhimento, com grande redução do emprego e da renda, paralisação ou fechamento dos negócios etc. O governo, por seu turno, acabou crescendo em termos de despesas e subsídios e eventuais reduções de arrecadação foram muito menores que a queda de renda da população (Maciel, Portillo, Julian Alexienco e Gamboa,2023).

São Paulo, depois de vários anos, voltou a ser a unidade federativa com maior liberdade econômica, seguida de Ceará, Santa Catarina e Rio de Janeiro. Na outra extremidade, com menor liberdade econômica encontram-se Piauí, Alagoas, Acre e Tocantins. O Estado da Bahia ocupou a 9º lugar conforme se apresenta a seguir.

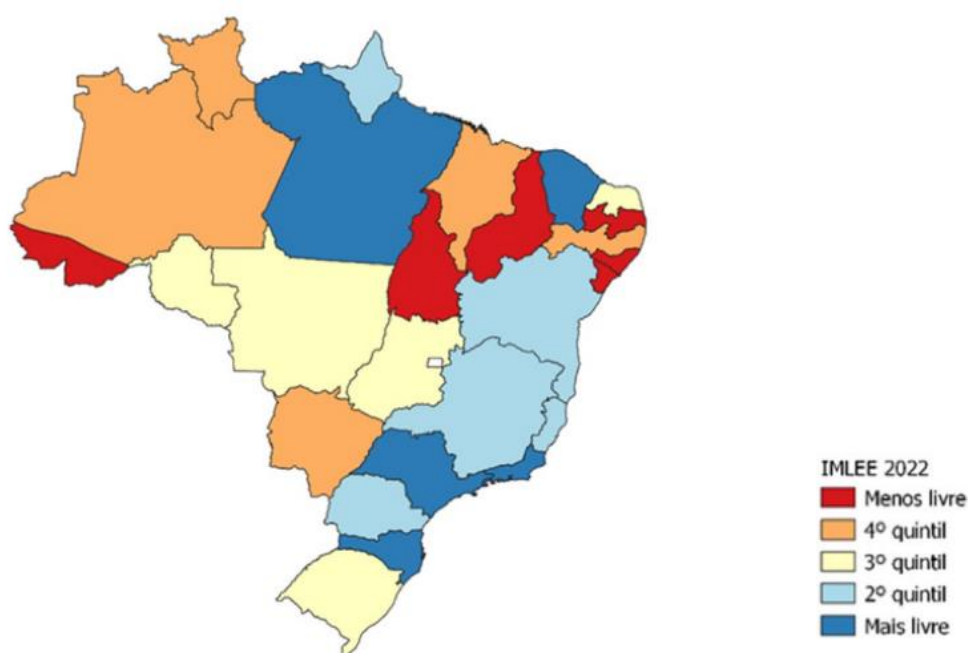
**Gráfico 6 - Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual 2022**



Fonte: Millenium Papers, 2023

Conforme interpretações da pesquisa, é sempre bom lembrar que o índice mede o grau de liberdade econômica de unidades da federação dentro de um país cujo contexto de liberdade econômica é baixo. Ou seja, mesmo que uma determinada unidade da federação esteja numa boa posição no ranking, ainda assim as condições gerais de se fazerem negócios e empreender no Brasil são ruins. O mapa a seguir mostra o agrupamento das unidades por quintis da distribuição de valores (Maciel, Portillo, Julian Alexienco e Gamboa,2023).

**Mapa 2** - Representação cartográfica do IMLEE 2022 (em quintis)



Fonte: Millenium Papers, 2023

O que se pode observar por meio da Tabela a seguir é que, em geral, as notas das UF caíram nos anos de recessão (2015-2016), agravando o ambiente local de negócios – muito disso é explicado pela queda na renda (que é utilizada como denominador em sete dos nove componentes do índice). Em 2018, a maior parte das unidades federativas aumentou suas notas e, portanto, passou a contar com melhor ambiente de negócios. Em 2019, porém, a despeito da expectativa com os governos estaduais e federal que tomaram posse, o desempenho em termos absolutos foi aquém das expectativas. Nesse período o Estado da Bahia, que vinha evoluindo nos scores entre 2016 a 2018, apresenta um declínio de -36,2% entre 2019 e 2020, o que revela uma queda na qualidade do ambiente local de negócios.

**Tabela 10** - Evolução dos scores de liberdade econômica 2014-2019

Estado	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Varição 2014-2020	Varição 2019-2020
Alagoas	6,55	5,68	5,5	6,94	7,86	6,56	3,01	-54,10%	-54,10%
Piauí	6,84	5,48	5,79	6,34	6,96	5,45	2,69	-60,70%	-50,70%
Acre	5,65	4,29	4,79	6,51	7,15	5,96	3,11	-44,90%	-47,80%
Pernambuco	6,26	5,28	6,1	7,41	7,58	6,79	3,59	-42,60%	-47,10%
Paraíba	6,29	5,91	6,23	7,63	7,77	6,69	3,59	-42,90%	-46,30%
Maranhão	6,2	5,74	5,44	7,03	6,81	6,72	3,86	-37,70%	-42,50%
Rio Grande do Norte	5,83	5,26	5,98	7,09	7,66	6,6	3,92	-32,80%	-40,70%
Rio Grande do Sul	5,81	5,32	5,72	6,61	7,1	7,07	4,37	-24,90%	-38,20%
Amazonas	4,9	4,34	4,88	7,37	7,15	5,81	3,66	-25,40%	-37,10%
Rio de Janeiro	5,91	5,95	6,07	6,69	8,01	7,63	4,82	-18,40%	-36,80%
Minas Gerais	5,94	6,02	5,29	6,89	7,26	7,12	4,5	-24,30%	-36,80%
Bahia	<b>6,38</b>	<b>5,68</b>	<b>5,97</b>	<b>7,65</b>	<b>7,52</b>	<b>6,85</b>	<b>4,37</b>	<b>-31,50%</b>	<b>-36,20%</b>
Roraima	6,89	5,49	5,37	7,25	8,92	5,69	3,64	-47,10%	-35,90%
Tocantins	6,72	5,12	4,15	6,55	7,55	4,93	3,16	-53,00%	-35,90%
Espírito Santo	6,08	5,55	6,3	7,79	8,34	7,29	4,73	-22,10%	-35,00%
Mato Grosso do Sul	6,72	5,52	5,55	6,46	7,5	5,96	3,89	-42,10%	-34,80%
Rondônia	5,45	5,66	5,57	6,86	8,09	6,01	4,05	-25,70%	-32,50%
Pará	6,29	5,62	5,9	7,5	8,2	7,13	4,82	-23,40%	-32,50%
Goiás	6,32	5,81	5,54	7,42	7,84	6,13	4,22	-33,20%	-31,10%
Paraná	6,35	5,9	5,46	6,75	7,33	6,71	4,7	-26,00%	-30,00%
Amapá	7,38	6,03	6,44	7,94	7,71	6,2	4,37	-40,80%	-29,60%
Sergipe	5,75	4,99	5,67	7,12	7,59	4,8	3,39	-41,00%	-29,30%
Santa Catarina	6,51	6,58	6,32	7	7,63	6,85	4,88	-25,00%	-28,70%
Ceará	5,98	5,3	5,59	7,39	7,69	6,6	4,89	-18,20%	-25,90%
Mato Grosso	6,76	5,3	4,81	6,54	7,57	5,52	4,09	-39,50%	-25,80%
São Paulo	5,23	5,28	6,23	7,71	8,45	6,68	5,19	-0,80%	-22,30%

Fonte: Millenium Papers, 2023

Quanto a dimensão mercado de trabalho, o seu desempenho não é tão ruim quanto o da tributação. Os estados que se destacaram pelo melhor desempenho na regulação do mercado de trabalho foram São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Por outro lado, os estados que apresentaram as piores pontuações foram Piauí, Roraima e Acre. Embora o estado da Bahia tenha ocupado 14º lugar no ranking nacional em 2020, sua nota (5,18) não se distancia da maior nota em São Paulo (5,75). Em 2020, com o impacto da pandemia e as interrupções de atividades, quebra de empresas e demissões, a nota caiu ainda mais, refletindo o encolhimento do mercado de trabalho privado.

Em se falando da dimensão gastos do governo, a tendência de evolução ao longo do tempo aponta para uma piora na dimensão de gastos públicos entre 2003 e 2016. No entanto, um registro posterior de melhoria foi observado até 2018. Infelizmente, em 2019 houve uma queda na nota média, o que foi agravado pela pandemia de COVID-19 em 2020. A pandemia causou um aumento nos gastos públicos e uma queda na renda, resultando em uma nota expressivamente baixa que anulou todo o ganho alcançado durante o período anterior. O Estado da Bahia alcançou o 12º lugar nessa dimensão em 2020.

A dimensão da tributação é a que mais chama atenção pelas suas notas extremamente baixas, indica que a arrecadação não teve a mesma dinâmica ou intensidade em comparação com a queda da renda subnacional decorrente da pandemia. A tendência a melhoria significativa que ocorria entre 2016 a 2018 apresenta uma queda na nota média de tributação, em sincronia com a redução na nota de tamanho dos governos. A queda na arrecadação de Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) pelos municípios foi compensada pelo aumento da arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelos governos estaduais, resultando em uma estabilidade na tributação, afora o aquecimento do mercado imobiliário que causou aumento da arrecadação de Imposto de Transmissão de Bens Intervivos (ITBI).

### **Ambiente de Negócios e Tributação - Limites e Desafios**

Dando continuidade à temática tributação e agora tendo-se como referência o documento Agenda-do-Setor-Produtivo-Baiano (FETRAB, FAEB, FECOMÉRCIO e FIEB, 2023), são apontados os seguintes “dificultadores”:

- (a) é sabido que as empresas baianas têm que lidar com um sistema tributário muito burocrático e oneroso, o que gera perda de competitividade, aumento de custos e dificuldade na interpretação e aplicação das normas. É preciso simplificar, eliminar tributos e acabar com a “guerra fiscal” entre os estados, além de respeito aos princípios da equidade, capacidade contributiva e progressividade inerentes aos impostos estaduais.

- (b) outros problemas específicos enfrentados pelo comerciante baiano é a substituição tributária, regime que determina que a responsabilidade pela arrecadação do ICMS devido, em relação às operações ou prestações de serviço, é atribuída a outro contribuinte. Isso ainda se agrava para quem comercializa produtos com outros estados, pois existem regras complexas envolvidas. Ainda há o fator gerador presumido, que obriga o empresário a recolher o imposto sem que ele saiba se haverá ou quando haverá a venda, tendo que arcar com o ICMS próprio e o ICMS por substituição tributária.
- (c) também afetam as empresas do setor terciário a antecipação parcial, incidente sobre as mercadorias provenientes de outros estados, ocasionando o recolhimento de 10% sem que nem mesmo o imposto seja creditado. A consequência reflete-se em mercadorias mais caras, redução de capital de giro e, ao fim, mortalidade precoce de empresas;
- (d) no que se reporta ao Simples Nacional, no caso da Bahia há uma particularidade que necessita de atenção: o estado, pela sua participação no PIB nacional, implementou, conforme legislação específica, a política de sublimite tributário para as empresas que aderirem ao modelo de Simples Nacional. A adoção do sublimite modifica, no caso da Bahia, o faturamento anual teto do Simples Nacional. O limite geral estabelece que as EPP são as empresas que faturam entre 360 mil reais até 4,8 milhões de reais ano, quando o sublimite entra em vigor, o teto baixa para 3,6 milhões de reais. Assim, as empresas que ficarem acima deste teto deixam de se enquadrar no simples para o recolhimento de ICMS e ISS. O sublimite, por estes meios, limita a adesão ao regime de simples nacional em sua faixa superior, afetando empresas em crescimento ao transferi-las para outros regimes tributários.

Para além das questões tributárias, o documento Agenda do Setor Produtivo Baiano (FETRAB, FAEB, FECOMÉRCIO e FIEB, 2023) aponta outros aspectos que dificultam as operações e comprometem a competitividade dos setores produtivos. São elas:

- (a) o estado da Bahia implementou boas práticas para simplificar a abertura de empresas por meio da RedeSim, mas ainda assim a Bahia não ocupa uma boa colocação em relação a outros estados No indicador “facilidade para fazer negócios”;

- (b) a cobrança da Taxa de Incêndio, que tem por contribuinte da taxa toda pessoa física ou jurídica, possuidor, a qualquer título (inclusive locatário) de bem imóvel, sendo responsável solidário pelo pagamento da taxa ao proprietário ou titular do domínio do bem imóvel;
- (c) apesar de a economia baiana ser ancorada no setor terciário, a política de incentivos fiscais ainda é muito mais direcionada ao setor industrial. Para o comércio de bens e serviços são observados, tão somente, apenas o Decreto 7779, de 9 de maio de 2000, como único instrumento de incentivo fiscal;
- (d) um tema sempre recorrente no setor de combustíveis é a obrigação acessória SCANC – Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis. Essa obrigação tem sido um grande fardo processual que impacta mensalmente as Distribuidoras de Combustíveis e TRRs (Transportadores Revendedor Retalhista). o segmento de combustível precisa de uma solução do Fisco. O SCANC é a obrigação mais complexa do setor e, em caso de inconsistência, a solução do problema é totalmente manual e custosa;
- (e) apresentação de garantias exigências de certidões negativas para obtenção de crédito;
- (f) no que diz respeito às fiscalizações realizadas pelo Procon-BA: há de sempre se garantir o princípio da dupla visita, privilegiando-se sempre a orientação ao empresário de como seguir as normas e, apenas em caso de novo descumprimento, aplicar sanção ao estabelecimento.

## **Ambiente de Negócios e Tributação – Linhas de Ações<sup>5</sup>**

### **Ambiente de Negócios**

1. Fortalecimento e ampliação do acesso a RedeSim para promover uma facilitação da abertura de empresa, diminuindo as dificuldades de legalização dos negócios. No processo de abertura é gerado o CNPJ e muitas vezes o empresário tem dificuldade de realizar as inscrições municipais e estaduais no período estipulado e até de conseguir o alvará de funcionamento para se enquadrar no simples nacional, assim ele acaba passando um período fiscal inteiro em um regime de tributação que não seria o mais vantajoso para ele. Esta prática de facilitação de abertura já são correntes em outros estados:

---

<sup>5</sup> Essas Linhas de Ações estão em fase de homologação pelos representantes do Grupo Focal

2. Melhoria da comunicação e dos mecanismos de conscientização e preparação para novos empreendedores com o objetivo de familiarizar novos empreendedores quanto ao complexo cenário de tributação, incluindo: calendarização do processo de abertura de empresas e criação de um fluxo único de abertura;
3. Simplificação do processo de licenciamento e legalização e revisão dos critérios para avaliação de riscos dos negócios. Empreendimentos de baixo risco podem ter o processo facilitado, exemplo, abertura de loja de roupa, em um shopping center ou centro comercial, em que o espaço já realizou um licenciamento para operar. Os empreendimentos de baixo risco são a maioria das aberturas (segundo a JUCEB cerca de 80% a 90%). Como vantagem, o recolhimento do valor das licenças ocorreria de forma mais rápida e certa;

## **Tributação**

1. O setor produtivo baiano ainda espera a tão necessária Reforma Tributária, em trâmite no Congresso Nacional. Contudo, enquanto as propostas em tramitação não são aprovadas, entende-se que o Executivo Estadual tem papel fundamental para a eficácia da máquina pública e simplificação dos tributos estaduais, como forma de crescimento econômico e facilitação na geração de empregos. A redução da carga tributária é fundamental;
2. Revisão da política do Diferencial de Alíquota de ICMS, especialmente para o segmento do comércio. A aquisição de produtos de outros estados é especialmente pesada para o lojista baiano, que paga o Diferencial de Alíquota de ICMS, afetando a competitividade do negócio, melhorando as condições de pagamento para a antecipação de imposto, uma vez que nível o de industrialização do estado é insuficiente para suprir as necessidades locais;
3. A crise provocada pela Covid-19 colocou grande parte das empresas do setor terciário em difícil situação econômica para manter-se adimplentes com suas obrigações tributárias. Assim, torna-se fundamental a instituição de um programa de parcelamento de débitos com o Estado da Bahia – especialmente o ICMS, permitindo que as empresas encontrem fôlego para pagarem seus débitos, de forma a garantir a sobrevivência das empresas e manutenção de empregos;
4. Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), como fizeram outros estados do nordeste. O Refis visa a regularização e/ou renegociação de dívidas com a União, sejam tributárias ou não, política que foi especialmente importante no pós-pandemia

para manutenção dos empreendimentos em diversos estados do Brasil. O estado já foi autorizado, mas faz cerca de 05 anos desde o último programa;

5. Destituição dos sublimites do Simples com relação ao ICMS, que diminui o teto de adesão ao simples nacional. A FCDL (Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas) avalia que 90% das empresas de pequeno porte possuem dívida e ICMS e o sublimite faz com que o pagamento ocorra em outro regime tributário. Outros estados do nordeste oferecem condições facilitadas de pagamento;
6. No que diz respeito às micro e pequenas empresas, é fundamental para a sua sobrevivência que o teto estadual do Simples seja aumentado. Pela sistemática atual, a imposição de um teto fixo, sem reajustes periódicos, não incentiva o crescimento e força o empresário a não desenvolver o seu negócio, sob pena de não mais se enquadrar como micro ou pequeno e perder benefícios necessários para a manutenção do seu negócio. É salutar, então, que se criem mecanismos que facilitem a transição entre os regimes. A saúde de uma empresa do regime de apuração do Simples Nacional não pode ser abrupta, devendo ser previsto mecanismo de transição que estimule o crescimento.

## Acesso a Crédito

Segundo Relatório de Economia Bancária – 2022(Bacen,2023) a expansão do crédito para pessoas jurídicas em 2022 foi puxada pelas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), cujo saldo da carteira de crédito continuou ganhando participação na carteira PJ. Por outro lado, a taxa de inadimplência das empresas de menor porte (micro e pequenas) segue com tendência de alta, contrária à tendência das grandes empresas, que apresentaram taxas de inadimplência decrescentes nos últimos dois anos.

De acordo com a Pesquisa Trimestral de Condições de Crédito (PTC), as instituições financeiras apresentaram condições mais restritivas de aprovação de crédito ao longo de 2022, consistente com o cenário de taxas de juros crescentes. Dentre os fatores que contribuíram para maior restrição ao crédito estavam as condições gerais da economia doméstica no segmento de grandes empresas; nível de inadimplência no caso de MPMEs; nível de comprometimento da renda no segmento de crédito ao consumo; e custo/disponibilidade de funding no caso do crédito habitacional. Do lado da demanda, nos segmentos de crédito PJs, a necessidade de capital de giro foi apontada como o principal fator de aumento de demanda. A alteração da taxa de juros foi percebida pelas instituições financeiras como importante fator de inibição da demanda nos dois segmentos de crédito às PFs e no crédito às MPMEs

Digno de nota o lançamento do Pix em novembro de 2020, que teve ampla adoção como meio de transferência digital, principalmente entre pessoas físicas. Ademais, a sua utilização como meio de pagamento por empresas, administração pública e empreendedores formais e informais apresentou rápido crescimento. A adesão ao Pix como ferramenta de recebimento foi maior entre empreendimentos de pequeno porte, especialmente no comércio varejista e setor de alimentação. A Região Norte, seguida pela Centro-Oeste, teve as maiores participações como receptoras em relação à população (Banco Central, 2023).

Ainda segundo o Relatório de Economia Bancária (Banco Central, 2023), no segundo semestre de 2022, o ritmo de crescimento do crédito desacelerou, com o arrefecimento na evolução do crédito livre. No crédito livre às empresas houve moderação, ocorrida de forma disseminada entre as modalidades. Contribuíram para esse arrefecimento a queda no nível da atividade econômica e a volta do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), programas de crédito direcionado que supriram parte da necessidade de recursos das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs).

Conforme relatado no respectivo relatório, o segmento de crédito direcionado foi impulsionado no segundo semestre. O aumento de 36% no Plano Safra 2022/23 elevou o crédito rural de forma acentuada pelo segundo ano consecutivo, principalmente no segmento de pessoas físicas. O saldo do crédito direcionado a empresas voltou a crescer em 2022, após registrar estabilidade no ano anterior, devido ao crescimento na carteira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à reativação do Pronampe e do Peac, com grande procura por parte das micro, pequenas e médias empresas.

A expansão do crédito para pessoas jurídicas em 2022 foi puxada pelas MPMEs. A carteira de crédito das MPMEs cresceu 13,9%, e a das grandes empresas aumentou 5,3%. A maior variação se deu nas microempresas (crescimento de 16,4%). Em termos de participação no saldo total da carteira de crédito, as empresas de grande porte mantiveram a tendência de queda observada nos últimos anos, atingindo 55,2% do mercado em 2022. A participação das micro e pequenas empresas (MPEs), pela primeira vez na série histórica, iniciada em 2016, ultrapassou 20% do total da carteira.

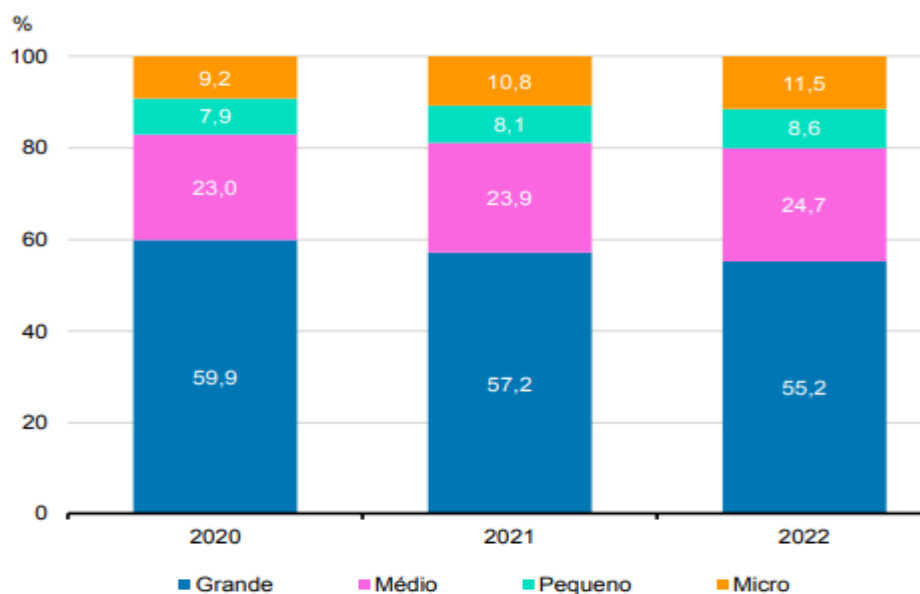
**Tabela 11** - Saldo de operações de crédito para pessoa jurídica por porte

Porte	R\$ bilhões					
	2020	2021	2022	Variação %		
				2020	2021	2022
Total	1.780,3	1.968,5	2.145,7	21,9	10,6	9,0
Grande	1.066,5	1.125,7	1.185,5	16,9	5,6	5,3
Médio	409,7	471,0	529,8	21,7	15,0	12,5
Pequeno	139,9	159,9	183,8	43,3	14,2	15,0
Micro	164,1	211,9	246,7	44,2	29,2	16,4

/ Valores referentes a dezembro de cada ano.

Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2022 – Banco Central, 2023

**Gráfico 7** - Crédito para pessoa jurídica Participação no saldo por porte

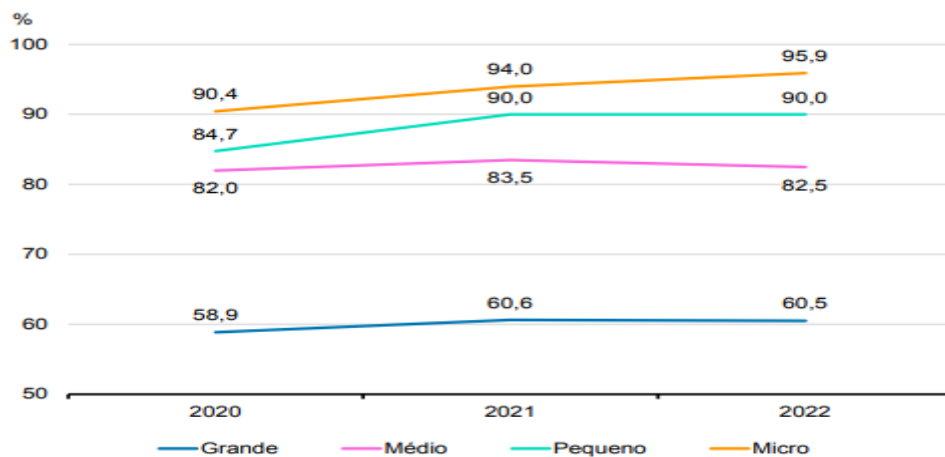


Fonte:

Relatório de Economia Bancária – 2022 – Banco Central, 2023

A participação dos recursos livres no saldo de crédito para pessoa jurídica permaneceu em expansão somente para as microempresas. Para empresas de grande porte, tradicionalmente principais usuárias do crédito direcionado, o saldo proveniente de operações de crédito com recursos livres chegou a 60,5% do saldo total, apresentando estabilidade em relação a 2021, o que pode estar relacionada à expansão da carteira de crédito do BNDES citada anteriormente. Já as empresas de médio porte apresentaram menor participação de recursos livres em 2022 (82,5%) em relação ao ano anterior (83,5%). Em comparação a 2020, contudo, todos os segmentos apresentaram maior participação dos recursos livres no saldo da carteira.

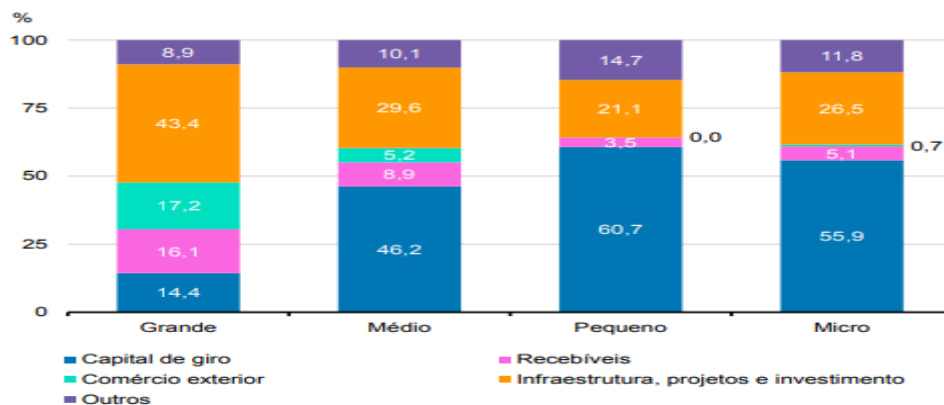
**Gráfico 8 – Crédito de recursos livres Participação no saldo por porte**



Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2022 – Banco Central, 2023

No segmento de MPEs, as modalidades de capital de giro e de antecipação de recebíveis representaram 62,8% da carteira de crédito em 2022. Para as médias empresas, essas modalidades representaram 55,1% da carteira e, para as grandes empresas, 30,5% do saldo de crédito. As grandes empresas terminaram 2022 com 43,4% da carteira em operações de crédito destinadas à infraestrutura, projetos ou investimentos e 17,2% da carteira alocada em operações de comércio exterior.

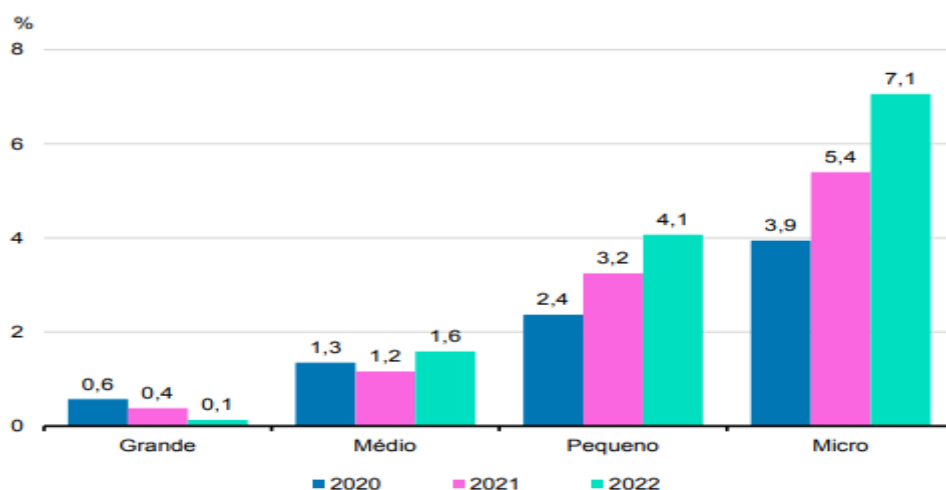
**Gráfico 9 – Modalidades de crédito Participação no saldo por porte – 2022**



Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2022 – Banco Central, 2023

Em 2022, houve aumento na taxa de inadimplência em todos os segmentos de porte da pessoa jurídica em relação a 2021, com exceção do grupo de grandes empresas. O aumento mais expressivo ocorreu no segmento das MPes: para as pequenas, a inadimplência subiu de 3,2% para 4,1%, e, para as microempresas, subiu de 5,4% para 7,1% da carteira. Vale ressaltar que a inadimplência já havia crescido em 2021 em relação a 2020 nesses segmentos. Para as médias empresas, a inadimplência subiu de 1,2% para 1,6% da carteira, e, para as grandes empresas, a inadimplência caiu de 0,4% para 0,1%. Dessa maneira, é possível destacar o novo ambiente econômico das MPes, em que se verifica forte aumento da taxa de inadimplência, ao mesmo tempo em que a concessão de crédito cresceu em relação ao ano anterior, e cujo saldo da carteira de crédito continuou ganhando, gradativamente, participação na carteira PJ.

**Gráfico 10** – Taxa de inadimplência Pessoa jurídica, por porte



Fonte: Relatório de Economia Bancária – 2022 – Banco Central, 2023

Visando obter um panorama do mercado de crédito na Bahia, observa-se a seguir a evolução das operações por pessoa jurídica e porte, entre 2017 e 2021, a partir dos dados do Banco Central, se observa o comportamento a seguir.

**Tabela 12** - Histórico da Quantidade de Operações de Crédito e Valor Concedido (em R\$ milhões) por Porte (2021).

Porte	Número de Operações		Evolução no Período (%)	Volume de Crédito Concedido		Evolução no Período (%)
	2017	2021		2017	2021	

<b>Micro</b>	2.606.874	2.003.408	-23,10%	R\$ 1.734.477,0 0	R\$ 2.127.866,00	22,70%
<b>Pequeno</b>	3.701.112	3.107.112	-16,00%	R\$ 5.239.414,0 0	R\$ 10.715.164,00	104,50%
<b>Médio</b>	1.039.102	824.082	-20,70%	R\$ 10.620.467, 00	R\$ 14.015.023,00	32,00%
<b>Grande</b>	46.988	217.789	363,50%	R\$ 8.859.378,0 0	R\$ 16.828.103,00	89,90%
<b>Total</b>	7.394.076	6.152.391		26.453.736	43.686.156	
<b>ME+PE</b>	6.307.986	5.110.520		6.973.891	12.843.030	
<b>%ME+PE</b>	85,3%	83,1%		26,4%	29,4%	

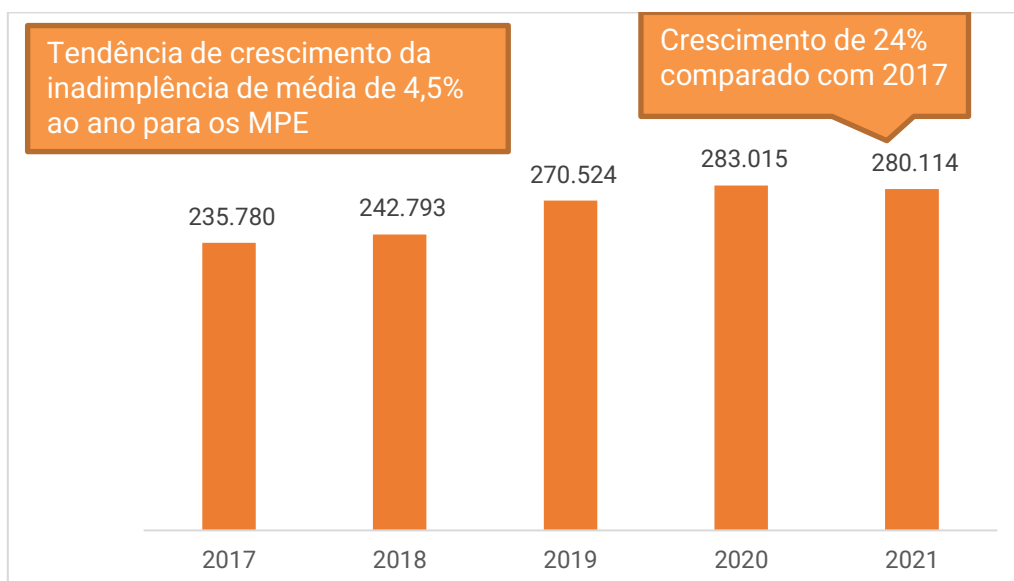
Fonte: Banco Central

Ocorre uma redução no número de operações, exceto para as grandes empresas que tem uma evolução extraordinária de mais de 300% nesse período. Quanto ao volume de crédito, as pequenas empresas apresentaram a maior evolução (104,5%). Embora as Micro e Pequenas empresas, em média tenham representado 84% das operações, foram contempladas, em média, com 28% do volume de crédito concedido

Esta alteração pode ser resultado de ações do governo do estado de oferta de crédito mais barato aos pequenos negócios, e a partir de 2020, através de programas vinculados ao governo federal como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE). Ademais, o Banco do Nordeste oferece contas especiais para pequenos negócios, inclusive adiantamento de receita para operações de câmbio. O Desembahia também oferece linhas de crédito voltadas para a aquisição de máquinas e equipamentos e capital de giro. Nota-se que a expansão do microcrédito se orientou pela elevação do montante ofertado, possibilitando aos tomadores de crédito um limite de microcrédito maior. Este aumento ressalta a importância de programas como CrediBahia e ações de microcrédito do Banco do Nordeste, além da oferta por outros bancos oficiais como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

A despeito do que ocorre no cenário nacional, a expansão do crédito para os pequenos negócios em nosso estado também foi acompanhada pela evolução da inadimplência conforme se apresenta no gráfico a seguir. Os pequenos negócios são a maioria do conjunto dos dados de inadimplência do Serasa Experian (2023), girando entre 90 e 95% dos casos entre 2017 e 2022.

**Gráfico 11 – Número de Inadimplentes MPE**



Fonte: Serasa Experian (2023)

Digno de menção a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) via Banco do Nordeste, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, constituída pela região Nordeste e por municípios do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Segundo Relatório Anual de Administração do BNB -2022, o Estado da Bahia concentrou o maior valor contratado (R\$ 7.976,01 milhões em 2022 dos R\$ 32.254,51 milhões desse recurso - 24,73%). No computo global as contratações foram lideradas pelo setor rural (57,90%); Comércio e serviços (37,85%), Industrial (35,57%) e Turismo (30,41%). Em 2022 a Bahia liderou o volume de contratações no Semiárido por setor econômico, conforme se demonstra na tabela a seguir.

**Tabela 13-** FNE: Contratações no Semiárido por Setor Econômico (R\$ milhões)

UF	Valor	Quant. Operações
	Contratado	
AL	372,66	21.647
BA	5.598,20	135.248
CE	3.328,20	86.728
ES	47,32	237
MA	290,68	7.972
MG	2.522,80	57.741
PB	1.310,91	57.110
PE	2.310,47	69.808
PI	2.678,32	74.125
RN	1.601,99	36.319
SE	613,41	15.280
<b>Total</b>	<b>20.674,96</b>	<b>562.215</b>
<b>% Bahia</b>	<b>27%</b>	<b>24%</b>

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Até dezembro de 2022 foram realizadas operações em 2.061 municípios, representando 96,4% do total de municípios da área de abrangência do FNE e o financiamento de R\$ 20,67 bilhões para empreendimentos no Semiárido, 64,1% do total até então financiado, dos quais R\$ 5,16 bilhões relacionados a projetos de infraestrutura.

### Acesso a Crédito - Limites e Desafios

O mercado de crédito, assim como a economia da Bahia, se caracteriza por uma concentração do crédito em poucos demandantes. Então, levar crédito aos pequenos continua sendo um desafio. Apesar da existência de bancos que se destacam pelas políticas de microcrédito, ainda assim há dificuldade de alocar crédito. No caso da Bahia, em que pese a Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. oferecer linhas de crédito mais facilitadas, demanda apresentação de garantias e exigências de certidões negativas para obtenção de crédito. Um outro desafio é a inexistência de um fundo garantidor com recursos públicos locais para desburocratizar a obtenção de crédito e reduzir os juros das operações financeiras.

Conforme já comentado em capítulos anteriores, a Bahia apresenta, também, o maior número de desempregados, pessoas que precisam encontrar fontes de renda para garantir sua sobrevivência. Estas pessoas estão no empreendedorismo por necessidade e buscando rendas alternativas. O crédito não consegue chegar neste público, composto, por exemplo, pelos ambulantes.

## **Acesso a Crédito – Linhas de Ações<sup>6</sup>**

1. Expansão do crédito e redução das taxas de juros. A taxa de juros é um ponto nevrálgico, o crédito fica um pouco distante da lei de demanda e oferta, pois o crédito decorre da política monetária, da taxa de juros e dos depósitos compulsórios. Os micros e pequenos negócios demandam crédito e os bancos estão em um momento de alta liquidez e o crédito, contudo, se expande por decisões de política monetária;
2. Prospectar parcerias com o governo federal para ampliar a capacidade de investimentos produtivos do setor público. A capacidade fiscal do estado é um ponto extremamente positivo, a Bahia hoje é um dos estados que mais investem em diversas áreas, seria interessante unificar ao nível nacional para ações conjuntas;
3. Priorização do Turismo e da Agricultura Familiar na agenda do acesso a crédito. O turismo, uma vez que ainda não se recuperou de forma efetiva da pandemia e o crédito para o segmento não está estabelecido e a Agricultura Familiar, visto que poucas propriedades familiares são atendidas com crédito e uma outra importante parcela está fora do mercado de crédito;
4. Para candidatos a empreendedores, formais ou não, políticas públicas para ampliar a bancarização, inserção de pessoas no sistema financeiro via abertura de uma conta corrente, observando as políticas de risco dos bancos. Acompanhada do estímulo à formalização, muitas empresas ainda não possuem o básico no quesito de comprovação de faturamento e de operação. Os dados contábeis ainda não estão estruturados em muitos casos e isto afeta diretamente o acesso a crédito e as possibilidades de desenvolvimento dos negócios;
5. No âmbito dos municípios: participação dos municípios, no apoio ao empreendedorismo, via criação de comitês municipais de crédito e apoio aos empreendedores, com a participação de Gestores Municipais, Agentes Financeiros e Gestores Públicos.

---

<sup>6</sup> Essas Linhas de Ações estão em fase de homologação pelos representantes do Grupo Focal

## Internacionalização

De acordo com dados levantados pela Gerência de Estudos Técnicos (GET) da FIEB - Federação das Indústrias do estado da Bahia, o ano de 2022 foi marcado por recordes no comércio exterior brasileiro, com exportações de US\$ 334,5 bilhões (+19,1% em relação a 2021) e importações de US\$ 272,7 bilhões (+24,3%).

O resultado positivo do ano deve-se, principalmente, ao aumento dos preços das principais commodities comercializadas pelo Brasil e, também, à quantidade exportada (+ 4,8%). As exportações e importações baianas em 2022 também seguiram o desempenho do comércio exterior brasileiro e registraram os maiores valores da série histórica, tendo alcançado um aumento de 39,9%, correspondente a US\$ 13,9 bilhões, enquanto as importações foram de US\$ 11,4 bilhões, apresentando crescimento de 41% comparados com o ano anterior.

A tabela abaixo apresenta os 16 principais territórios de identidade exportadores entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, no quesito exportações, esses representaram 99,0% de toda exportação baiana, ou seja, praticamente concentraram todas as vendas externas da Bahia. O Metropolitano de Salvador teve expressivo crescimento em 2022 (+75,8%) quando comparado com o ano anterior. O segundo maior foi o TI Bacia do Rio Grande e respondeu por 29,0% do total exportado pelo estado no ano e teve alta de 45,3% em comparação com o ano de 2021 (FIEB, 2023).

**Tabela 14** - Bahia: Exportação por Territórios de Identidade (2022/2021)

Território de Identidade	2021 (a) (em US\$ milhões)	Part. (%)	2022 (b) (em US\$ milhões)	Part. (%)	Saldo (b-a) (em US\$ milhões)	Var (%) (b/a)
Metropolitano de Salvador	3.595,9	37,9	6.319,8	46,0	2.723,9	75,8
Bacia do Rio Grande	2.738,4	28,8	3.978,4	29,0	1.240,0	45,3
Costa do Descobrimento	307,2	3,2	381,3	2,8	74,1	24,1
Piemonte da Diamantina	329,9	3,5	337,5	2,5	7,6	2,3
Médio Rio de Contas	243,7	2,6	330,5	2,4	86,8	35,6
Sisal	200,7	2,1	268,8	2,0	68,1	33,9
Bacia do Rio Corrente	247,5	2,6	268,8	2,0	21,3	8,6
Piemonte Norte do Itapicuru	229,9	2,4	202,8	1,5	-27,1	-11,8
Litoral Sul	300,1	3,2	164,0	1,2	-136,1	-45,3
Vale do Jiquiriçá	133,7	1,4	159,0	1,2	25,2	18,9
Portal do Sertão	138,2	1,5	154,3	1,1	16,1	11,6
Sertão Produtivo	150,1	1,6	134,0	1,0	-16,1	-10,7
Recôncavo	74,4	0,8	113,3	0,8	38,8	52,2
Sudoeste Baiano (Vitória da Conquista)	45,5	0,5	94,2	0,7	48,7	106,9
Sertão do São Francisco	77,4	0,8	79,8	0,6	2,5	3,2
Demais	133,2	1,4	131,7	1,0	-1,5	-1,1
	<b>9.496,3</b>	<b>100,0</b>	<b>13.729,1</b>	<b>100,0</b>	<b>4.232,9</b>	<b>44,6</b>

Fonte: ME/Comex Stat.

Fonte: FIEB, Relatório de acompanhamento do comércio exterior da Bahia – Raceb, 2023

O estado da Bahia possui 417 municípios, dos quais apenas 138 (33%) participaram da pauta de exportação do estado em 2021. Os cinco municípios que mais exportaram foram: Luís Eduardo Magalhães (15,6%), Camaçari (15,4%), São Francisco do Conde (11%), Barreiras (6,5%) e Mucuri (5,4%), representam 55% do total exportado pelo estado, apontando para duas questões relevantes: a importância econômica do TI RMS e a vantagem econômica dos municípios próximos da RMS em termos de logística, encadeamento produtivo e acesso a mercados internacionais.

A importância econômica desta região pode ser analisada através das suas exportações, tanto em volume quanto em categorias de produtos. Para se ter uma ideia mais clara do panorama econômico da RMS, o gráfico a seguir traz o volume de exportação para os últimos seis anos da RMS, captando o choque da pandemia, o que impactou as exportações em -2,35% entre 2019 e 2020.

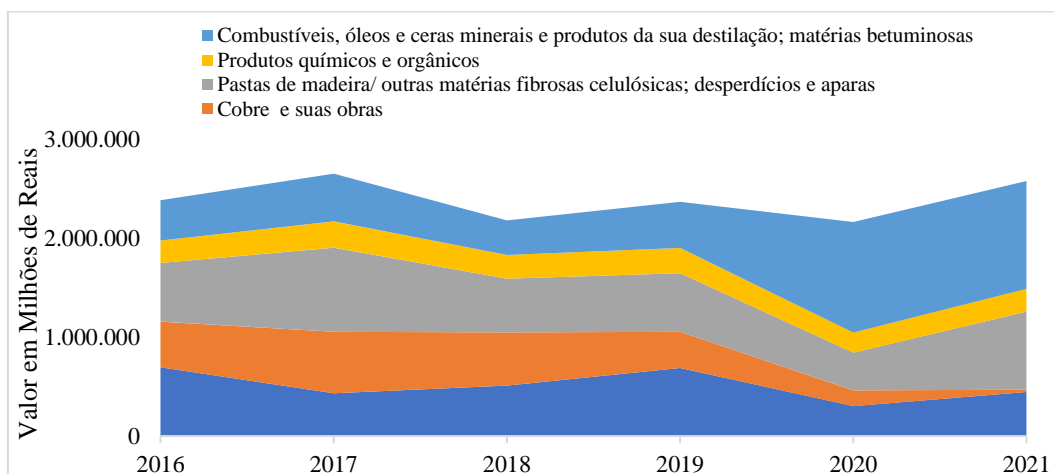
**Gráfico 12** – Volume de exportação da RMS, 2016-2021 (FOB US\$ milhões)



Fonte: Adaptado de Comexstat (2023)

Entre 2020 e 2021 houve um aumento de 13,6% nas exportações baianas, puxadas pelo petróleo e betuminosos (SH 2710), cobre e ligas de cobre (SH 7403), pasta química de madeira (SH 4702), ligas de ferro (SH 7202) e compostos de função nitrilo (SH 2926), muito utilizados na indústria de emborrachados. Estas cinco categorias de produtos representaram 52% das exportações da RMS em 2021. O gráfico a seguir aumenta o grau de precisão da pauta de exportação ao apresentá-la para os cinco principais produtos, entre 2017 e 2021, por valor de exportação Free on Board (FOB).

**Gráfico 13** – Participação do Top 5 SH2 nas exportações da RMS, 2016-2021 (R\$ mil, preços correntes)



Fonte: Adaptado de Comexstat (2023)

Em termos de produto, observa-se a concentração da pauta de exportação da RMS, em torno de três produtos: soja e derivados (cerca de 30%), cultivada sobretudo na TI Bacia do Rio Grande, petróleo e seus derivados (cerca de 15%), provenientes da Refinaria Landulpho Alves da Petrobras e da Braskem S/A em Camaçari, e de produtos químicos em geral (15%), produzidos pela Suzano em Mucuri, Bahia Specialty Cellulose S/A em Camaçari e Proquigel Química S/A em Candeias. Produtos de competitividade internacional, cuja cadeia produtiva é altamente concentrada em grandes produtores.

O cenário de internacionalização da Bahia é complexo, a exportação é significativamente concentrada (95% das exportações) em um pequeno grupo, de grandes empreendimentos como: Acelem; Grupo Suzano (papel e celulose); Braskem (petroquímicos); o segmento de Soja e o de Minérios. Por sua vez, a participação das micro e pequenas fica a desejar, mesmo voltadas para fruticultura, os quais são mais expressivas em quantidade de exportadores. Os pequenos negócios possuem números ínfimos quando comparados aos grandes empreendimentos. Assim, a necessidade de ações do governo do estado decorre da concentração do comércio exterior baiano. Neste sentido existem práticas de destaque, realizadas pelo Centro Internacional de Negócios (CIN), braço da Fieb voltada para a internacionalização de negócio. Muitas das empresas que recebem suporte do CIN operam em baixo volume, mas há uma quantidade significativa de empresas seguindo este caminho. Há também as empresas que participam como terceirizadas ou subcontratadas, servindo de apoio ou suporte as demais, criando uma cadeia produtiva voltada à internacionalização. Em virtude disto nasceram ações que visam auxiliar pequenas empresas com produtos diferenciados e com maior valor agregado (ligado à origem, condições de produção etc.) e com vínculo territorial.

### **Internacionalização – Limites e Desafios**

Avaliando o panorama no estado sobre o cenário de internacionalização, entende-se que faltam linhas de financiamento voltadas para as micro e pequenas empresas conseguirem exportar. Não há uma política nacional voltada para a exportação por meio de financiamentos. Assim, apenas grandes empresas conseguem acessar linhas de crédito, e as linhas que existem nos principais bancos de fomento não conseguem ser efetivas, por envolver questões como o pedido de garantia em valores similares ao do crédito. Além disto, a participação das empresas menores em feiras internacionais depende muito de recursos que não são acessíveis aos pequenos negócios.

Os desafios enfrentados pelos pequenos negócios na dinâmica de exportação dialogam com a presença de multinacionais brasileiras e estrangeiras na Bahia que concentram a exportação de produtos com alta demanda exterior. A ausência de uma linha de crédito pública, que pratique uma taxa solidária de financiamento, e a baixa propagação de valorização dos produtos ligados aos territórios baianos contribuem para a baixa expressão do pequeno negócio no mercado internacional.

A indicação geográfica baiana já vem sendo utilizada para fomento da economia local no cenário internacional, conforme é possível notar a partir do quadro a seguir.

**Quadro 1** - Lista de Indicações Geográficas de Procedência (IGP) reconhecidas na Bahia

Gentílico	UF	Produto	Requerente
Vale do Submédio do São Francisco	PE/BA	Uvas de Mesa e Manga	Conselho da União das Ass. e Coop. dos Produtores de Uvas de Mesa e Mangas do Vale do Submédio São Francisco
Microrregião Abaíra	BA	Aguardente de Cana do Tipo Cachaça	Associação dos Produtores de Aguardente de Qualidade da Microrregião Abaíra
Sul da Bahia	BA	Amêndoas de cacau ( <i>Theobroma cacao L.</i> )	Associação dos Produtores de Cacau do Sul da Bahia
Oeste da Bahia	BA	Café verde em grãos, da espécie <i>Coffea arábica</i> .	Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia
Vale do São Francisco	PE/BA	Vinho fino, vinho nobre, espumante natural e vinho moscatel espumante.	Instituto do Vinho do Vale do São Francisco

Fonte: Adaptado de INPI (2023)

É fundamental realizar ações para os pequenos, pois os grandes conseguem se sustentar e inserir nas dinâmicas globais de forma autossuficiente. A valorização dos TI pode servir como um ponto de promoção da Bahia. Os grandes mercados já estão ocupados por grandes empresas. Os pequenos negócios podem se colocar de outra forma, vinculado à sustentabilidade e a promoção selos locais. Há uma série de oportunidade para pequenos produtores rurais, pequenas indústrias e para a agricultura familiar. Nesta seara o associativismo pode potencializar ainda mais as produções, trazendo escala e ganhos de competitividade.

Os pequenos negócios respondem por cerca de 44% das empresas exportadoras no Brasil, captando apenas 25% do total exportado. Na Bahia, estima-se que os pequenos negócios captam cerca de 10% do valor total exportado. Propõe-se que ações conjuntas da CIN, Sebrae e lideranças empresariais constituam uma linha de frente que ataque às dificuldades enfrentadas pelos pequenos negócios cujos produtos se enquadrem em selos nacionais e internacionais de qualidade do território, dando à pauta de exportação baiano um caráter único, pautado pelas vantagens comparativas locais.

Com acesso a crédito e um ambiente tributário mais propício, os pequenos negócios baianos possuem potencial de crescer no mercado internacional, ainda que não pela sua escala, mas pela qualidade de seus produtos e a origem destes. Atualmente a pauta de exportação baiana é altamente concentrada em torno de poucos produtos, não promovendo o desenvolvimento local, nem a integração da agricultura familiar, do cooperativismo e das pequenas indústrias. Estes tópicos não são exclusivos do grupo de internacionalização, a dinamização da economia da Bahia passa pela retomada de algumas diversas linhas de ações apontadas em outros grupos focais.

### **Internacionalização - Linhas de Ações<sup>7</sup>**

1. Planejamento de longo prazo para a área de internacionalização visando o desenvolvimento da cultura exportadora. A partir do desenvolvimento de planejamento para médio e longo prazo, a internacionalização passa a integrar o radar dos pequenos negócios que buscam oportunidades impactando todas as cadeias produtivas baianas.
2. Potencializar e fortalecer iniciativas do Senai-BA: o SENAI CIMATEC conduz parcerias com institutos alemães. Em 2025 a Bahia será a sede do encontro empresarial Brasil x Alemanha, que ocorre há quase 50 anos. Assim, existem expectativas e ponto de promoção da economia da Bahia em escala nacional. A FIEB possui uma área voltada para internacionalização, o Centro de Internacionalização de Negócios (CNI), vinculado a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), que presta auxílio para empresas que visam a internacionalização e tem atuado no estado especialmente nos segmentos de fumo, cacau, móveis e construção;
3. Dar visibilidade aos programas de Identificação Geográfica (IG) e Denominação de Origem (DO), como forma de promover a competitividade dos pequenos negócios exportadores e de agregar valor à produtos agrícolas e industriais. A indicação geográfica baiana já vem sendo utilizada para fomento da economia local no cenário internacional. Ações deste tipo tem capacidade de valorização de outros TI para além dos tradicionais exportadores.
4. Definição de uma linha de crédito específica para cada grupo de produtos (SH2, SH4, NCM), concedendo especial atenção às demandas das cooperativas locais.

---

<sup>7</sup> Essas Linhas de Ações já foram homologadas pelos representantes do Grupo Focal

5. Criação de uma força tarefa junto à CIN e governo da Bahia para discutir a redução da tributação sobre a exportação dos pequenos negócios, reforma tributária para aumento da competitividade do estado por meio de um plano de redução na arrecadação de alguns tributos e da melhoria do ambiente tributário para produtores voltados para exportação, garantindo a continuidade dos pequenos negócios;
6. Investimento no branding e promoção dos produtos feitos na Bahia e já tem reconhecimento nacional, como o cacau, o café, o vinho, a música, a gastronomia regional etc. Como forma de promover o estado e suas diversas cadeias produtivas.
7. Facilitar o *softlanding* dos produtos baianos no exterior, criando um programa de valorização do território, criação de business planes sólidos e métricas de produtividade realistas para a efetivação da exportação.
8. Participação dos pequenos negócios no Conselho do Comércio Exterior da FIEB, para que se discutam ações de forma efetiva.

